

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (IM) LEANDRO FIORANI

**MOBILIZAÇÃO MARÍTIMA BRASILEIRA:
Fortalecendo o Desenvolvimento Socioeconômico e a Defesa
Nacional.**

Rio de Janeiro

2024

CC (IM) LEANDRO FIORANI

**MOBILIZAÇÃO MARÍTIMA BRASILEIRA:
Fortalecendo o Desenvolvimento Socioeconômico e a Defesa
Nacional.**

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1-IM) REIS LEITE

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2024

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação com todo o meu amor e gratidão à minha querida esposa, Thais, por seu apoio incondicional e encorajamento constante ao longo desses 20 anos de relacionamento. Sua paciência, compreensão e carinho foram fundamentais para a realização deste trabalho.

Aos meus filhos, Guilherme e Laura, que são minha fonte de inspiração diária. Sua presença me motiva a ser a melhor versão de mim mesmo, trazendo luz e felicidade à minha vida. Vocês são a razão da minha dedicação e o meu legado.

EPÍGRAFE

“Esquadras não se improvisam, e as nações que confiam mais em seus diplomatas do que nos seus marinheiros e soldados estão fadadas ao insucesso. Temos excelentes diplomatas, mas uma esquadra moderna leva mais de dez anos para ser projetada e construída, quando se tem os recursos materiais, financeiros e a tecnologia necessária.”

(Ruy Barbosa)

RESUMO

Este estudo analisa o papel estratégico da Mobilização Marítima no contexto da Defesa Nacional e seu impacto no desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Com foco em um cenário de restrições orçamentárias, a pesquisa investigou como os investimentos em defesa, especialmente através do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), podem gerar benefícios diretos e indiretos, como a criação de empregos, fortalecimento da Base Industrial de Defesa e avanço tecnológico. A pesquisa compara as abordagens do Brasil e do Reino Unido na formulação de uma Proposta de Valor da Defesa, adaptando as lições britânicas à realidade brasileira. Conclui-se que a Mobilização Marítima é fundamental não apenas para a proteção nacional, mas também como um motor de crescimento econômico e social. O trabalho sugere que a Mobilização Marítima seja considerada uma área prioritária de investimento pelas autoridades responsáveis, dada sua capacidade de contribuir significativamente para o bem-estar social e a prosperidade do país.

Palavras-chave: Mobilização Marítima, Defesa Nacional, Desenvolvimento Socioeconômico, Base Industrial de Defesa, Proposta de Valor da Defesa, PROSUB, Investimentos em Defesa, Brasil, Reino Unido.

ABSTRACT

BRAZILIAN MARITIME MOBILIZATION: Strengthening Socioeconomic Development and National Security

This study analyzes the strategic role of Maritime Mobilization in the context of National Defense and its impact on Brazil's socioeconomic development. Focusing on a scenario of budget constraints, the research investigated how defense investments, especially through the Submarine Development Program (PROSUB), can generate direct and indirect benefits, such as job creation, strengthening the Defense Industrial Base, and technological advancement. The research compares the approaches of Brazil and the United Kingdom in formulating a Defense Value Proposition, adapting British lessons to the Brazilian context. It concludes that Maritime Mobilization is essential not only for national protection but also as an engine for economic and social growth. The study suggests that Maritime Mobilization should be considered a priority area of investment by the responsible authorities, given its capacity to significantly contribute to the country's social well-being and prosperity.

Keywords: Maritime Mobilization, National Defense, Socioeconomic Development, Defense Industrial Base, Defense Value Proposition, PROSUB, Defense Investments, Brazil, United Kingdom.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	Estrutura do SINAMOB	27
FIGURA 2 -	Concepção Lógica do SISMOMIL	28

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Orçamento de Defesa do Brasil (% do PIB): 2007-2023	35
GRÁFICO 2 - Orçamento de Defesa (% do PIB) - América do Sul (2023)	37
GRÁFICO 3 - Orçamento de Defesa (% do PIB) - G20 (2023)	37

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 -	Componentes do SISMOMIL	28
QUADRO 2 -	Definições de escopo da EVP	45
QUADRO A.1 -	Objetivos Nacionais de Defesa	60
QUADRO A.2 -	Pressupostos de Defesa	60
QUADRO B.1 -	Objetivos específicos da Mobilização Nacional	62
QUADRO B.2 -	Diretrizes Governamentais de Mobilização Nacional	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

BID	-	Base Industrial de Defesa
CDCD	-	Centro de Desenvolvimento, Conceitos e Doutrina do Ministério da Defesa do Reino Unido
CF	-	Constituição da República Federativa do Brasil
EUA	-	Estados Unidos da América
EVP	-	Estrutura de Valor Público
FA	-	Forças Armadas
LBDN	-	Livro Branco de Defesa Nacional
OND	-	Objetivos Nacionais de Defesa
LDO	-	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	-	Lei Orçamentária Anual
LV	-	Livro Verde
MB	-	Marinha do Brasil
MD	-	Ministério da Defesa do Brasil
MDRU	-	Ministério da Defesa do Reino Unido
MM	-	Mobilização Marítima
MN	-	Mobilização Nacional
ONU	-	Organização das Nações Unidas
OTAN	-	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAED	-	Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa
PND	-	Política Nacional de Defesa
PIB	-	Produto Interno Bruto
PMN	-	Política de Mobilização Nacional
PPA	-	Plano Plurianual
PRODE	-	Produto de Defesa
PROSUB	-	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
PVD	-	Proposta de Valor da Defesa
RU	-	Reino Unido
SD	-	Sistema de Defesa
SIMOMAR	-	Sistema de Mobilização Marítima
SINAMOB	-	Sistema Nacional de Mobilização

SisLogD - Sistema Logístico de Defesa
SISMOMIL - Sistema de Mobilização Militar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	A ESTRUTURA DA MOBILIZAÇÃO MARÍTIMA NACIONAL.....	19
2.1	CAPACIDADE LOGÍSTICA PARA A DEFESA NACIONAL.....	19
2.2	CAPACIDADE DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE DEFESA.....	21
2.3	CAPACIDADE DE MOBILIZAÇÃO.....	23
2.4	A MOBILIZAÇÃO NACIONAL E O SINAMOB.....	24
2.5	A POLÍTICA DE MOBILIZAÇÃO NACIONAL (PMN)	24
2.6	UMA NOVA CAPACIDADE: DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO.....	26
2.7	DECOMPOSIÇÃO DO SINAMOB.....	27
2.8	CONCLUSÕES PARCIAIS.....	28
3	O ORÇAMENTO PARA A DEFESA.....	30
3.1	O PROCESSO ORÇAMENTÁRIO BRASILEIRO.....	30
3.2	A CONCEPÇÃO POLÍTICA DE DEFESA.....	31
3.3	O SETOR DE DEFESA.....	31
3.4	O ORÇAMENTO DE PROGRAMAS ESTRATÉGICOS DE DEFESA.....	33
3.5	COMPARANDO ORÇAMENTOS DE DEFESA.....	35
3.6	SELEÇÃO DE UM INDICADOR RELEVANTE.....	36
3.7	DEFINIÇÕES DE META PARA OS GASTOS MILITARES.....	38
3.8	AVALIAÇÃO E COMPARAÇÃO DOS GASTOS DE DEFESA.....	38
3.9	CONCLUSÕES PARCIAIS.....	40
4	A PROPOSTA DE VALOR DA DEFESA E SEUS COMPONENTES.....	41
4.1	O GERENCIAMENTO DO ORÇAMENTO DE DEFESA NAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS.....	41
4.2	A NECESSIDADE DE APRIMORAR A AVALIAÇÃO E A COMUNICAÇÃO DO VALOR DO SETOR PÚBLICO.....	42
4.3	A ESTRUTURA DE VALOR PÚBLICO.....	43
4.4	A NOVA FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO DO SETOR PÚBLICO.....	44
4.5	A PROPOSTA DO VALOR DA DEFESA.....	46

4.6	O QUINTO COMPONENTE DA PVD: APOIO À ECONOMIA NACIONAL.....	48
4.7	PRÓXIMOS PASSOS PARA APLICAR A PROPOSTA DE VALOR DA DEFESA.....	49
4.8	A PROPOSTA DE VALOR DA DEFESA BRASILEIRA E ANÁLISE COMPARATIVA COM O RU.....	49
4.9	CONCLUSÕES PARCIAIS.....	51
5	CONCLUSÃO.....	52
	REFERÊNCIAS.....	54
	ANEXO A - EXTRATO DA PND.....	60
	ANEXO B - EXTRATO DA PMN.....	62
	ANEXO C - PROPOSTA DE VALOR DA DEFESA DO REINO UNIDO.....	64
	APÊNDICE I - PROPOSTA DE VALOR DA DEFESA DO BRASIL.....	66

1 INTRODUÇÃO

Desde a sua independência, o Brasil valoriza e fomenta a coexistência pacífica entre as nações, tendo reflexo nos seus princípios constitucionais, que incluem a independência nacional, autodeterminação dos povos, não-intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos e cooperação entre os povos para o progresso da humanidade¹. As relações internacionais do país aderem aos propósitos e princípios já advogados pela Organização das Nações Unidas² (ONU), cujo intuito é promover a paz e a segurança internacional, desenvolver relações amistosas entre as nações, cooperar na solução de problemas internacionais e harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns³. Desta forma, o Brasil alinha-se a um modelo de governança global fundamentado em mecanismos multilaterais baseados em regras para a resolução pacífica e diplomática de conflitos.

Porém, desde os relatos de Tucídides sobre a Guerra do Peloponeso, a história mostra que os Estados, por vezes, agem com base em interesses de segurança e poder, reconhecendo a necessidade de se defender de ameaças externas e internas⁴. De acordo com a análise de Mingst e Arreguín-Toft (2014), Tucídides observou que os Estados são os principais atores na guerra e na política, agindo de forma unitária e racional na busca de seus interesses nacionais. Este entendimento realista, onde esses antigos interesses são fatores decisivos, persiste nas relações internacionais contemporâneas, indicando que, além do ideal de uma ordem internacional ética e baseada em normas, a dinâmica do poder continua a influenciar profundamente a política global.

No contexto das relações internacionais, o então Ministro da Defesa, Celso Amorim⁵, em seu discurso à Escola Superior de Guerra (2012), enfatizou a contribuição significativa do Brasil para missões de paz da ONU, destacando a

¹ Fonte: Constituição da República Federativa do Brasil (CF) (1988, art. 4º).

² A ONU foi estabelecida em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, para evitar futuros conflitos globais e promover a diplomacia multilateral, contando, atualmente, com 193 membros.

³ Esses propósitos estão contidos no art. 1º da Carta das Nações Unidas.

⁴ Vide os relatos contidos nas Seções 76 e 83, do Livro Primeiro (pg. 44; 48) e na Seção 82, do Livro Terceiro (197-199) da obra Histórias da Guerra do Peloponeso.

⁵ Celso Amorim foi Ministro das Relações Exteriores (1993-94 e 2003-2011) e Ministro da Defesa (2011-2015). Atualmente, é o Chefe da Assessoria Especial da Presidência para Assuntos Internacionais.

liderança brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) e na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL); citou a pretensão nacional de revigorar a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), sublinhando que essas iniciativas reforçavam a identidade democrática e pacífica do Estado, bem como seu *soft power*⁶. No entanto, Amorim alertou que, apesar do poder brando ser uma parte importante da política de defesa brasileira, ele não é suficiente para garantir que o país participe ativamente do processo de tomada de decisões no sistema internacional, nem para enfrentar ameaças. Ele ainda destacou o retorno da multipolaridade de poder entre as nações e a ausência de garantias de paz e estabilidade mundial.

O Brasil, com seu vasto território, extensa população, com um mercado⁷ e uma economia emergente⁸, dotado de ampla gama de recursos naturais, de potencial tecnológico e industrial, possui um papel de destaque no cenário mundial, o que pode gerar conflitos de interesses entre os Estados. Para se contrapor a possíveis ameaças externas e orientar os esforços de defesa do Estado brasileiro, a Política Nacional de Defesa (PND) estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa⁹ (OND) para o preparo e emprego das expressões do Poder Nacional¹⁰, além de ser o documento de maior precedência para o planejamento das ações destinadas à Defesa Nacional¹¹. Em sequência, temos a Estratégia Nacional de Defesa (END), que orienta todos os setores nacionais a tomarem as ações necessárias para alcançar e manter os OND, definindo estratégias e articulando órgãos e instituições para garantir a capacidade de dissuasão e defesa do país. Em complemento, o Livro Branco de Defesa Nacional

⁶ Joseph Nye (2004) desenvolveu o conceito de *soft power* ou “poder brando”. Diferente do *hard power*, que utiliza força militar e econômica, o poder brando baseia-se na cultura, valores e políticas externas, operando de forma indireta, moldando o ambiente político e demorando anos para gerar resultados.

⁷ Antoine van Agtmael (2007) cunhou o termo “mercados emergentes” (1981) enquanto trabalhava no Banco Mundial para atrair investimentos para economias em desenvolvimento, anteriormente conhecidas como “Terceiro Mundo”.

⁸ Jim O'Neill (2001) popularizou o termo “economias emergentes” ao criar o acrônimo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), argumentando que esses países poderiam de se tornar dominantes na economia global no século XXI, devido ao seu rápido crescimento econômico e grandes populações.

⁹ Representam as condições que a nação brasileira deve alcançar e manter continuamente no contexto da Defesa (PND, 2024).

¹⁰ Poder Nacional é definido como a capacidade de uma nação em alcançar e manter seus objetivos nacionais através da combinação de seus recursos. As expressões do Poder Nacional são as formas como esse poder se manifesta, quais sejam: Política, Econômica, Psicossocial, Militar, e Científica e Tecnológica (Fundamentos do Poder Nacional, 2024).

¹¹ Conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território nacional, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (PND, 2024).

(LBDN) tem o intuito de promover a transparência e a comunicação ao detalhar a visão governamental sobre a Defesa Nacional, atualizando dados e expondo informações do Setor de Defesa¹² à sociedade. A PND, a END e o LBDN foram atualizados pelo Decreto Legislativo nº 61/2024¹³.

Contudo, Rudzit e Nogami (2010) destacam que a Segurança Nacional¹⁴ só pode ser plenamente entendida quando há uma clara percepção de ameaças externas e vulnerabilidades internas enfrentadas por um Estado. Como um alerta, a PND (2024), uma política setorial que contribui com a Segurança Nacional, discorre que é essencial dedicar atenção contínua à proteção do território, dada a instabilidade das relações internacionais e a emergência de novas ameaças, argumentando que a percepção de segurança brasileira é influenciada por um longo período sem conflitos externos¹⁵, o que pode resultar em uma inadequada prontidão dos aparatos militares e prejudicar a postura defensiva necessária.

Amorim (2012) salienta que, ao expandir seu poder brando por meio da cooperação, o Brasil integra a PND com a Política Externa, promovendo uma influência não coercitiva. Entretanto, o ex-Ministro defende ir além da política regional de cooperação, complementando com uma estratégia de dissuasão mundial. Ele ressaltou que, embora a baixa percepção de ameaças, o Brasil deve estar preparado para possíveis agressões. Isso inclui garantir que suas Forças Armadas¹⁶ (FA) sejam bem equipadas e treinadas para proteger os ativos estratégicos do país; possuir uma capacidade dissuasória crível para evitar a concretização de hipóteses adversas; e não delegar a defesa do país, afirmando que a credibilidade da PND é essencial para uma Política Externa independente.

Nesse contexto, cabe à END (2024) preparar e aplicar as expressões do Poder Nacional para atingir os OND. O preparo consiste em interações para fortalecer o Poder Nacional, além de capacitar a rápida transição de uma situação de paz ou crise para um estado de conflito armado. Para atingir os fins políticos, a configuração das

¹² Constituído pelo Ministério da Defesa e integrado pela Marinha do Brasil, pelo Exército Brasileiro e pela Força Aérea Brasileira (END, 2024).

¹³ A Lei Complementar nº 97/1999 prevê a atualização desses três documentos quadrienalmente.

¹⁴ De acordo com Gunther Rudzit e Otto Nogam (2010), a Segurança Nacional é um conceito político que envolve a identificação e a gestão de ameaças externas e vulnerabilidades internas, direcionando diversas Políticas Públicas, além da de Defesa.

¹⁵ O último que o Brasil participou foi na Segunda Guerra Mundial.

¹⁶ FA brasileiras: Marinha do Brasil, Exército Brasileiro e Força Aérea Brasileira.

expressões do Poder Nacional devem se ajustar à conjuntura, organizando os meios de defesa em torno das Capacidades Nacionais de Defesa¹⁷ (CND), os quais servirão de base para demonstrar a importância da Mobilização Nacional (MN) para a Defesa Nacional, bem como para o desenvolvimento socioeconômico. Entre as iniciativas relevantes da MN, apontamos o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), contido na Mobilização Marítima (MM).

Este trabalho adota uma abordagem metodológica mista, centrada na análise criteriosa de dados quantitativos e qualitativos. Inicialmente, será conduzida uma análise qualitativa de dados, incluindo uma revisão minuciosa da literatura especializada sobre mobilização até chegarmos à MM, bem como à sua contextualização dentro do Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB). Em seguida, será realizada uma análise quantitativa de gastos com defesa, sendo feitas comparações temporais e com outros Estados.

Mediante uma estratégia comparativa, investigam-se as percepções sociais e políticas relativas ao Setor de Defesa. A pesquisa incluirá a análise da Proposta de Valor da Defesa (PVD) do Reino Unido (RU), que delineia como o Setor de Defesa, um instrumento do Poder Nacional, contribui para alcançar os objetivos políticos do Estado, e um estudo de caso do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), dentro do contexto da MM brasileira e suas repercussões socioeconômicas.

O objetivo geral da pesquisa é apresentar uma de Proposta de Valor da Defesa (PVD), ferramenta que facilita o entendimento de como os resultados da Defesa conduzem a benefícios diretos e indiretos a um país, e demonstrar à sociedade e ao governo a importância e o retorno do investimento em Políticas Públicas que revertam para a MM, visando atingir os objetivos nacionais de bem-estar social¹⁸ e prosperidade¹⁹. A análise enfatiza a interação entre investimentos estratégicos em Produtos de Defesa (PRODE) ou Sistemas de Defesa (SD) e seus impactos no

¹⁷ São compostas por diferentes parcelas das expressões do Poder Nacional, sendo implementadas pela participação coordenada e sinérgica de órgãos governamentais e de entes privados orientados para a defesa e segurança em seu sentido mais amplo (END, 2024).

¹⁸ A expressão "Welfare State" se difundiu na Grã-Bretanha após a Segunda Guerra Mundial. Nesse modelo, o governo passa a implementar programas sociais para combater os "cinco males gigantes" de William Beveridge: escassez, doença, ignorância, miséria e ociosidade.

¹⁹ O Legatum Institute define prosperidade além do crescimento econômico, incluindo avanços nos campos político e social de um Estado. O órgão publica anualmente o Legatum Prosperity Index™, único índice global que avalia a prosperidade nacional com base nessa abordagem.

desenvolvimento tecnológico, geração de empregos, fortalecimento da Base Industrial de Defesa, crescimento econômico e estabilidade social.

A questão que direciona esta pesquisa é: considerando o atual cenário de restrições orçamentárias, é possível entender e demonstrar para a sociedade brasileira, durante o processo de planejamento orçamentário, o quanto a MM contribui para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, elevando o nível de investimento no setor? Para tratar desta questão, o estudo é articulado em cinco seções principais:

Esta seção de introdução, onde abordamos a importância das atividades do Setor de Defesa dentro do atual cenário das relações internacionais.

A segunda seção irá analisar a Capacidade Logística para a Defesa Nacional, a Capacidade de Mobilização e a Capacidade de Desenvolvimento Tecnológico de Defesa, onde discutiremos a interdependência e sinergia entre elas. Posteriormente, detalharemos a estrutura da MN, apresentando o Sistema de Mobilização Militar (SISMOMIL) e o Sistema de Mobilização Marítima (SIMOMAR).

A terceira seção abordará o orçamento destinado à Defesa, analisando tendências e comparando os dados brasileiros com outros atores. Logo após, detalharemos o processo orçamentário do país, explorando as suas implicações para o PROSUB. Por fim, demonstraremos a importância desses investimentos para a estabilidade, o desenvolvimento tecnológico e as aspirações externas brasileiras.

A quarta seção abordará as dificuldades que o Setor de Defesa tem em comunicar os seus benefícios às sociedades democráticas. Utilizaremos o RU como exemplo e apresentaremos a sua PVD, uma solução adotada para justificar os investimentos de recursos públicos no setor. A partir da PVD britânica, vamos propor uma PVD para o Brasil e demonstrar que a Defesa contribui, por intermédio da MM, com o desenvolvimento socioeconômico nacional.

A última seção sintetizará os principais pontos abordados ao longo do estudo, destacando o aprendizado adquirido e o exemplo de como comunicar o valor da Defesa para os diversos públicos do Estado, com a finalidade de elevar o nível de investimento na MM.

2 A ESTRUTURA DA MOBILIZAÇÃO MARÍTIMA NACIONAL

Neste capítulo, analisaremos três CND cruciais para a MN e suas interdependências. Vamos decompor a estrutura da MN, passando pelo SISMOMIL até chegar ao nível de responsabilidade da Marinha do Brasil (MB). Examinaremos a fase de preparo da MN, sua estrutura e desmembraremos o nível da MM.

2.1 Capacidade Logística para a Defesa Nacional²⁰

Segundo Thorpe (1986), a palavra "logística" origina-se do termo francês "maréchal-général des logis", que significa "quartel-mestre general", responsável pelo alojamento e administração de marchas e acampamentos sob Luís XIV²¹. Jomini (1862) foi o primeiro a usar o termo "logistique" de forma relevante, definindo logística como a "arte prática de mover exércitos" e abrangendo funções como planejamento, administração, suprimentos, alojamento, acampamentos, construção de pontes e estradas, e até reconhecimento, que eram necessárias para mover e sustentar forças militares. Ele destacou que a logística compreendia os meios e arranjos que executam os planos da estratégia e da tática, contrastando com o conceito antigo limitado aos detalhes de marchas e acampamentos.

O autor prossegue afirmando que a definição de Jomini não encontrou ampla aceitação no meio militar do século XIX. Clausewitz, em sua obra *Da Guerra* (1832), via o conflito armado composto por estratégia e tática, sendo a logística apenas um serviço auxiliar, contribuindo para sua falta de relevância nas doutrinas militares da época. Mahan introduziria o conceito de logística na estratégia naval em 1888, enfatizando a importância de boas linhas de abastecimento, de bases e estoques adequados de combustível para o poder marítimo. Posteriormente, Corbett seguiu a mesma linha de raciocínio às vésperas da Primeira Guerra Mundial.

²⁰ Baseia-se na Logística Militar e empresarial, envolvendo todos os setores nacionais relacionados com as sete funções logísticas (Engenharia, Manutenção, Recursos Humanos, Salvamento, Saúde, Suprimentos e Transporte). Coordenado pelo Sistema Logístico de Defesa (SisLogD), garante a interoperabilidade das logísticas específicas de cada Força Singular, atendendo aos interesses da Defesa Nacional (END, 2024).

²¹ Nota do autor: Luís XIV (1638-1715), conhecido como o "Rei Sol", foi o Rei da França e Navarra (1643-1715). Seu reinado foi marcado pelo absolutismo e por períodos de expansão territorial e defesa contra coalizões e alianças para conter a influência francesa.

Thorpe (1986) cita que, no conflito, a logística se destacou, demonstrando a importância da mobilização industrial e econômica, estabelecendo órgãos como o Conselho de Munições do Exército e da Marinha norte-americana para coordenar suprimentos, embora as forças militares ainda dependessem de recursos locais e sistemas tradicionais de suprimento. Entretanto, no período entre as guerras, não haveria mudanças significativas. Porém, com a Segunda Guerra Mundial, a logística passou a ser vista como uma ciência essencial para a guerra, com foco na coordenação e eficiência dos suprimentos e serviços em escala global, tendo os Estados Unidos da América (EUA) se destacado pela ampla produção de conhecimento acerca do tema.

Por fim, o autor finaliza citando que, após o segundo conflito, houve um amadurecimento contínuo da logística militar, com maior centralização e coordenação, refletindo o reconhecimento crescente de sua importância para a estratégia militar e a implementação de técnicas modernas de gestão e controle. Em síntese, segundo Thorpe (1986), a evolução do conceito de logística destaca a importância de uma estrutura robusta e regulamentada para garantir a eficiência das operações militares.

No Brasil, a Lei Complementar (LC) nº 97/1999²² estabelece que os Comandantes das Forças Singulares são responsáveis por preparar suas Organizações Militares (OM) subordinadas, conforme as normas estabelecidas pelo Ministério da Defesa do Brasil (MD). Posteriormente, a LC nº 117/2004 detalha as atividades permanentes do preparo das FA, incluindo o desenvolvimento de pesquisas específicas, da sua estruturação, logística e mobilização. Essas leis refletem a atual compreensão da logística militar como um componente essencial e interligado à END, uma visão que evoluiu significativamente desde os escritos de Jomini e Mahan.

Atualmente, a estrutura da logística militar no Brasil é sólida e definida pela MD42-M-02 - Doutrina de Logística Militar (2016). O referido documento estabelece o SisLogD, que visa proporcionar apoio logístico contínuo e adequado desde o tempo de paz às FA. Coordenado pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), o SisLogD integra pessoal, instalações, equipamentos, doutrinas, procedimentos e informações, apoiado por uma infraestrutura de tecnologia da informação e comunicações para disponibilizar informações gerenciais de interesse

²² Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das FA.

da Logística de Defesa, alinhando-se às necessidades de interoperabilidade e eficiência no apoio às operações militares, incluindo a Mobilização Militar.

No âmbito da MB, o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) exemplifica a aplicação prática da logística militar ao integrar a construção de submarinos modernos com a criação de infraestrutura de apoio avançada, incluindo estaleiros e uma base de manutenção. Este programa não apenas melhora a capacidade operacional da MB, mas também fortalece a sua logística.

2.2 Capacidade de Desenvolvimento Tecnológico de Defesa²³

Prosseguindo com o estudo, vamos extrair diretrizes e OND (Anexo A) da PND (2024) para, a partir desses, analisar e depreender conclusões acerca da importância da tecnologia de Defesa para o Brasil:

a) Diretrizes: reconhecimento da importância da colaboração com nações tecnologicamente avançadas para fortalecer a capacidade de defesa do país (2.1.7); ênfase na necessidade de um investimento em áreas críticas como saúde, educação, ciência, tecnologia e inovação, melhorando a qualidade de vida e a competitividade econômica do país, além de reforçar a sua capacidade de defesa (2.2.5); essencialidade da alocação estável de recursos orçamentários para o desenvolvimento contínuo de tecnologias para Produtos de Defesa²⁴ (PRODE) e Sistemas de Defesa²⁵ (SD), reduzindo a defasagem tecnológica e fortalecendo sua Base Industrial de Defesa²⁶ (BID) (2.2.6); foco na cooperação com nações avançadas e o desenvolvimento de projetos tecnológicos internos, resultando na modernização das FA, na criação de empregos e na absorção de tecnologias modernas (2.2.7); identificação da importância da diversificação e a autossuficiência tecnológica para o desenvolvimento sustentável e a Segurança Nacional (2.2.8); e o reconhecimento que

²³ É a capacidade de proporcionar desenvolvimento e/ou modernização de Produtos de Defesa e Sistemas de Defesa, por intermédio de ações integradas empreendidas pelo Estado, indústria e meio acadêmico, de forma sinérgica, buscando a atualização e a interdependência tecnológica (END, 2024).

²⁴ Bem, serviço, obra ou informação utilizados nas atividades finalísticas de defesa (Lei nº 12.598/2012).

²⁵ Conjunto inter-relacionado ou interativo de PRODE que atenda a uma finalidade específica (Lei nº 12.598/2012).

²⁶ Órgãos e entidades da administração pública direta e indireta e pessoas jurídicas de direito privado que realizem ou conduzam pesquisas, projetos, desenvolvimento, industrialização, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção ou desativação de PRODE ou SD, no país (END, 2024).

investir em tecnologia gera vantagem competitiva, reduz assimetrias nos campos de defesa, economia e bem-estar social, além de preservar a posição de poder do Estado e garantir os interesses dos cidadãos (2.2.13 e 2.2.14).

b) OND III: destaca que um dos principais objetivos da PND é alcançar a autonomia tecnológica envolvendo a produção, a qualificação humana e o desenvolvimento de produtos e sistemas que possam ter aplicações duais.

Essas transcrições mostram que a PND (2024) está fortemente voltada para o fortalecimento da capacidade tecnológica do país, reconhecendo a importância da inovação, da cooperação internacional e da autossuficiência em áreas críticas. Logo, podemos compreender que os benefícios oriundos dessa CND podem gerar benefícios para a Defesa e também para outros setores da sociedade.

A END (2024) ainda destaca esta CND como fundamental para a modernização de PRODE e SD, por meio de ações integradas do Estado, indústria e meio acadêmico, visando à atualização e a independência tecnológica, alinhando-se ao conceito de Hélice Tríplice de Etzkowitz e Leydesdorff (1995), onde as universidades geram novas indústrias e empresas através do ensino, pesquisa e participação direta na inovação e empreendedorismo, aplicando conhecimento teórico de forma prática. A indústria colabora com as universidades para desenvolver e comercializar tecnologias inovadoras. O governo facilita essa colaboração com políticas, incentivos e apoio à pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I). Essa abordagem integrada é essencial para o preparo das FA e o desenvolvimento socioeconômico do país.

Em resumo, a END (2024) visa adotar um modelo de inovação²⁷ baseado no Hélice Tríplice, onde cada setor contribui de maneira crítica fornecendo conhecimentos, recursos e políticas para sustentar a implementação e a comercialização das tecnologias desenvolvidas. Nesse diapasão, voltamos a citar o PROSUB, como exemplo dessa abordagem integrada, tendo como foco a transferência de tecnologia, a nacionalização de equipamentos e a capacitação de pessoal²⁸. Desde 2008, o programa entregou três submarinos convencionais e

²⁷ Freeman e Soete (2008) vê a inovação como um processo colaborativo, não apenas no desenvolvimento tecnológico, mas também na aplicação prática das tecnologias para atender necessidades específicas de mercado.

²⁸ Fonte: Página oficial do Programa (<https://www.marinha.mil.br/prosub/>).

pretende desenvolver o primeiro submarino de propulsão nuclear brasileiro promovendo autonomia tecnológica de defesa e fortalecendo a indústria e economia.

2.3 Capacidade de Mobilização²⁹

Segundo Thorpe (1986), a Segunda Guerra Mundial também foi um marco na evolução da mobilização militar. Hone (1994) descreve como a produção naval americana aumentou a partir de 1938, com a implementação do Naval Expansion Act³⁰, resultando na construção massiva de navios e aeronaves para o conflito, enfatizando a necessidade do país possuir um planejamento detalhado e abrangente que complementasse os ativos existentes para o cenário de guerra.

Hoje, enfrentamos um ambiente volátil, incerto, complexo e ambíguo³¹ (VUCA), onde a rapidez na resposta a crises é essencial. O desenvolvimento científico-tecnológico acelerado e disruptivo aumenta as assimetrias entre as nações, acentuando a pressão sobre a MN e o seu preparo, que não pode ser negligenciado. Outrossim, a MN atua em complemento a Logística Nacional³², o que justifica a necessidade de sistemas logísticos civis e militares robustos e bem planejados que prestem o apoio necessário para que a nação tenha a capacidade de se mobilizar de forma rápida e eficaz frente as ameaças que se configurem.

Portanto, a END (2024) destaca a importância da MN ter uma abordagem integrada e abrangente que considere todos os recursos e capacidades nacionais. A preparação contínua desde os tempos de paz é essencial para garantir a prontidão e a eficácia da resposta nacional a crises. A estreita ligação entre a MN e a Logística Nacional reflete a necessidade de uma coordenação eficiente entre os setores civil e militar, assegurando que o país esteja preparado para enfrentar diversos cenários com agilidade e resiliência, fundamental para a defesa e segurança do Brasil.

²⁹ Complementa a logística para capacitar as expressões do Poder Nacional na contraposição de crises político-estratégicas, preparando a transição da estrutura de paz para a estrutura de guerra, enfrentando emergências e hipóteses de emprego das Forças Armadas (END, 2024).

³⁰ O Ato Naval (1938), aprovado pelo Congresso dos EUA, autorizou o aumento de 20% dos meios da Marinha dos EUA como preparo para a Segunda Guerra Mundial.

³¹ Nota do autor: O termo foi popularizado pelo U.S. Army War College em suas discussões e treinamentos sobre liderança e estratégia no mundo pós-Guerra Fria.

³² Conjunto de atividades relativas à previsão e provisão dos recursos e meios necessários à realização das ações decorrentes da END (Decreto nº 6.592/2008).

2.4 A Mobilização Nacional e o SINAMOB

De acordo com a Lei nº 11.631/2007³³, a MN é definida como o conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, complementando a Logística Nacional, destinadas a capacitar o país a realizar ações estratégicas, no campo da Defesa Nacional, diante de agressão estrangeira. A legislação estabelece que o preparo da MN é um conjunto de ações estratégicas que viabilizem a sua execução, desenvolvidas desde a normalidade, de modo contínuo, metódico e permanente; enquanto a execução da MN se caracteriza pela celeridade e compulsoriedade das ações, com vistas a propiciar condições para enfrentar o fato que a motivou. Por fim, o Decreto nº 6.592/2008³⁴ trata essas duas definições como fases da MN. Para fins desse estudo, iremos nos concentrar na análise do preparo.

Outra característica da Lei 11.631/2007 é contemplar a criação do SINAMOB, que consiste em um conjunto de órgãos que atuam de modo ordenado e integrado, com o intuito de realizar as ações de planejamento, preparo e execução das atividades da MN e da Desmobilização Nacional. O sistema conta com o apoio de órgãos e entidades no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de pessoas ou organizações não-governamentais, integrando as suas capacidades e possibilitando a sua orientação e a coordenação com o máximo de eficiência. São seus constituintes: o MD, como Órgão Central do Sistema, o qual tem por finalidade orientar, supervisionar e conduzir as atividades do SINAMOB; e os Órgãos de Direção Setorial, que são organizados por meio de subsistemas (Figura 1), os quais coordenam as atividades de mobilização dentro de sua área de responsabilidade. Vamos abordar o Subsistema Setorial de Mobilização Militar, com foco específico na MM, que deve assegurar o emprego contínuo, adequado e oportuno dos meios e das condições necessárias para o enfrentamento militar à agressão estrangeira.

2.5 A Política de Mobilização Nacional (PMN)

A PMN é fundamentada na Lei nº 11.631/2007 e regulamentada pelo Decreto nº 6.592/2008. A Lei estabelece que compete ao SINAMOB assessorar o Presidente

³³ Dispõe sobre a MN e cria o SINAMOB.

³⁴ Regulamenta o disposto na Lei nº 11.631/2007.

da República quanto a definição de medidas necessárias à MN e à Desmobilização Nacional, formular a PMN, elaborar o Plano Nacional de Mobilização e demais documentos relativos ao tema. Ao complementar a PMN, o Decreto determina que o SINAMOB normatize as ações dos diversos órgãos que o integram, tendo como base os objetivos e as ações da PMN, das diretrizes governamentais de MN e do Plano Nacional de Mobilização. Além disso, o Decreto destaca que o preparo da MN deve ser contínuo, metódico e permanente, desde a situação de normalidade, complementando ações estratégicas que viabilizam e execução da MN.

Prosseguindo, iremos analisar a PMN³⁵ (2010) em conjunto com as CND que tomamos por prioritárias nas seções 2.1 à 2.3.

a) Capacidade Logística para a Defesa Nacional

Vamos analisar as diretrizes X, XI, XII, XXIV, XXV e XXVI (Anexo B) da PMN, que coadunam com esta CND. O objetivo dessa abstração é entender como essas diretrizes apoiam e complementam esta capacidade. Adicionalmente, destacamos o objetivo específico III (Anexo B) da PMN.

A verificação dos itens nos permite concluir que a logística é um componente crítico da PMN, a qual possui diretrizes que demonstram a preocupação com a garantia do fluxo contínuo e eficiente de recursos, bens e serviços necessários para a Defesa Nacional em situações de crise. Este objetivo específico pretende integrar a Defesa aos planos de desenvolvimento de infraestrutura de transporte, telecomunicações, saúde e energia, ampliando a sinergia entre a logística e a mobilização. Dado que a mobilização complementa a logística, quanto melhor a coordenação e integração dos sistemas logísticos, bem como a manutenção de estoques estratégicos, menor será esforço de mobilização em situações de emergência.

b) Capacidade de Desenvolvimento Tecnológico de Defesa

Da mesma forma, apontamos as diretrizes VI, VII, VIII, IX, XX, além do objetivo específico II. Com isso, podemos observar que a PMN enfatiza a importância da PD&I para garantir a preparação e execução eficaz da MN. A colaboração entre instituições científicas, tecnológicas, acadêmicas e industriais é crucial para desenvolver produtos e soluções inovadoras que atendam às necessidades de defesa e segurança do país.

³⁵ Aprovada pelo Decreto n° 7.294/2010.

A promoção de parcerias internacionais para a transferência de tecnologias e a busca de infraestrutura adequada também são aspectos fundamentais para fortalecer a capacidade de mobilização.

2.6 Uma nova Capacidade: Desenvolvimento Socioeconômico

Além dos benefícios vistos na subseção anterior, o preparo da MN pode gerar outros ganhos significativos, dos quais citamos as áreas energéticas, ambientais, sociais, econômicas, dentre outras, as quais contribuem para o desenvolvimento integral e sustentável do país. Por isso, decidimos olhar para a MN com um foco de desenvolvimento econômico e social a partir da PMN (2010), de onde extraímos as diretrizes XIII, XIV, XXIII, XXV e XXVI. Em complemento, temos os objetivos específicos IV, IX e X.

A partir de nossa análise, podemos concluir que PMN destaca a importância de medidas econômico-financeiras que sustentem as necessidades de mobilização e minimizem impactos negativos na sociedade. O envolvimento da nação é preponderante para criar uma cultura de mobilização e garantir a colaboração pública e privada, lembrando que a soberania, integridade territorial e interesses do Brasil estão sendo abordados. Além disso, a capacidade de desenvolver e produzir bens e serviços necessários para a mobilização é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do país, bem como a reorientação da produção e a manutenção de estoques estratégicos são necessárias para sustentar a MN sem comprometer a economia e o bem-estar da população.

Entretanto, precisamos ter noção de que essas relações comportam-se de maneira sistêmica. Fritjof Capra (1996) assinala:

Os critérios do pensamento sistêmico descritos neste breve resumo são todos interdependentes. A natureza³⁶ é vista como uma teia interconectada de relacionamentos, na qual a identificação de padrões específicos como "objetos" depende do observador humano e do processo de conhecimento. Essa teia de relacionamentos é descrita em termos de uma rede correspondente de conceitos e modelos, nenhum dos quais é mais fundamental do que os outros (tradução nossa).

³⁶ Nota do autor: O autor fala natureza como um mundo vivo, que pode variar de organismos, cidades, economia, dentre outros, ou seja, tudo que está em mutação.

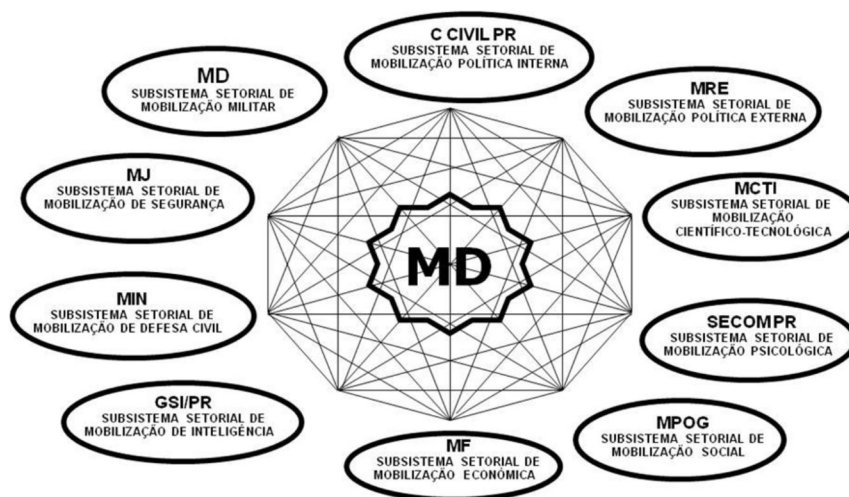
Sendo assim, devemos ver o Estado como uma rede dinâmica e interdependente de elementos e desenvolver métodos de investigação e planejamento que considerem essa interconexão, enfatizando políticas públicas integradas para lidar com esse complexo sistema.

A partir dessa visão sistêmica e como última análise, podemos observar que a preparação da MN promove ganhos significativos fortalecendo a infraestrutura nacional, melhorando a resiliência e assegurando a continuidade dos serviços essenciais, agregando valor à logística, à tecnologia e ao desenvolvimento socioeconômico, além, é claro, da defesa.

2.7 Decomposição do SINAMOB

Vamos analisar o SISMOMIL, um subsistema dentro estrutura do SINAMOB (Figura 1), que se foca em todas as fases da mobilização e desmobilização militares.

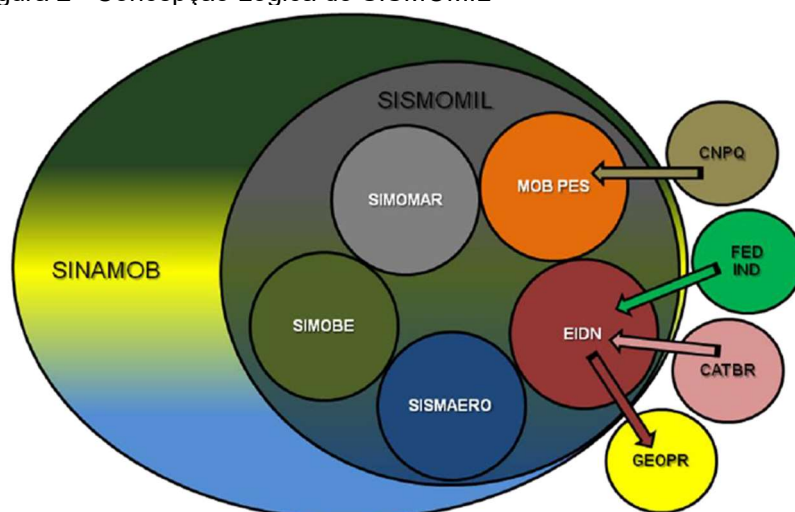
Figura 1 - Estrutura do SINAMOB



Fonte: Doutrina de Mobilização Militar (2015)

O MD, como Órgão Central do SINAMOB, também dirige o Subsistema Militar, atuando como Secretaria-Executiva e realizando atividades técnico-administrativas, com a lógica do SISMOMIL ilustrada na Figura 2 e seus componentes descritos no Quadro 1. Por fim, cada FA é responsável por estruturar seu próprio Sistema de Mobilização para executar ações de mobilização e desmobilização. Nosso estudo focará especificamente no SIMOMAR.

Figura 2 - Concepção Lógica do SISMOMIL



Fonte: Doutrina de Mobilização Militar (2015)

Quadro 1 - Componentes do SISMOMIL

SIGLA	DESCRIÇÃO
SINAMOB	Sistema Nacional de Mobilização
SISMOMIL	Sistema de Mobilização Militar
SIMOMAR	Sistema de Mobilização Marítima
SIMOBE	Sistema de Mobilização do Exército
SISMAERO	Sistema de Mobilização Aeroespacial
EIDN	Sistema de Empresas de Interesse da Defesa Nacional
MOBPES	Sistema de Mobilização de Pessoal
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Plataforma Lattes
FEDIND	Sistema das Federações de Indústrias
CATBR	Catálogo Brasileiro de Itens e Empresas
GEOPR	Sistema Georreferenciado de Apoio à Decisão da Presidência da República

Fonte: O Autor

2.8 Conclusões parciais

Neste capítulo, analisamos detalhadamente a estrutura da MN até chegar à MM, a cargo da MB, destacando a interdependência entre três CND e a MN. A análise demonstrou como a capacidade logística, o desenvolvimento tecnológico de defesa e a mobilização são fundamentais para garantir a prontidão e a eficácia da Defesa Nacional.

Primeiramente, a capacidade logística mostrou-se essencial para assegurar o fluxo contínuo e eficiente de recursos, bens e serviços necessários para a Defesa Nacional, tanto em tempos de paz quanto em situações de crise. A infraestrutura logística robusta e regulamentada é indispensável para sustentar as operações militares e a mobilização.

Em seguida, a capacidade de desenvolvimento tecnológico de defesa foi identificada como um pilar para a autonomia tecnológica do Brasil, destacando a importância da cooperação internacional e do investimento contínuo em PD&I. A adoção do modelo de Hélice Tríplice revelou-se uma abordagem eficaz para integrar esforços do Estado, da indústria e do meio acadêmico, promovendo a MN, o desenvolvimento tecnológico e econômico do país.

Por fim, a capacidade de mobilização mostrou-se vital para responder rapidamente a crises em um ambiente VUCA. A preparação contínua desde tempos de paz e a estreita ligação entre a MN e a Logística Nacional são essenciais para garantir a prontidão e a resiliência do país frente a ameaças externas.

O próximo capítulo abordará o orçamento destinado à Defesa, analisando as tendências de investimentos no Brasil e em outros países, explorando a Concepção Política de Defesa e destacando a importância de programas estratégicos como o PROSUB para a MM.

3 O ORÇAMENTO PARA A DEFESA

Neste capítulo, analisaremos a tendência recente dos investimentos em defesa global, com foco no Brasil. Abordaremos o processo orçamentário brasileiro, a sua Concepção Política de Defesa e a necessidade de um orçamento compatível com os seus objetivos nacionais. O PROSUB será destacado como exemplo de benefícios promovidos pela MM e compararemos os orçamentos de defesa do Brasil com outros países, avaliando a sua competitividade e capacidade de resposta.

3.1 O processo orçamentário brasileiro

O modelo orçamentário brasileiro, conforme definido pela CF (1988), é constituído por três instrumentos principais:

I- Plano Plurianual (PPA): é um instrumento de planejamento governamental, cujo papel é estabelecer, “de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”.

II- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): compreende as metas e prioridades da administração pública federal e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo uma conexão entre o PPA e a LOA.

III- LOA: é um instrumento operacional que prevê as receitas públicas e fixa as despesas para um exercício financeiro. Ela materializa em ações os programas estabelecidos no PPA utilizando recursos da sociedade para oferecer bens e serviços públicos. No entanto, devido à escassez, há uma competição entre diferentes setores governamentais pelo orçamento, visando atender políticas públicas específicas.

Em resumo, o processo orçamentário brasileiro é um sistema complexo e interligado que busca assegurar a coerência entre o planejamento de médio prazo e a execução anual, garantindo que as ações governamentais sejam efetivamente implementadas de acordo com as prioridades e diretrizes estabelecidas. Isso possibilita uma gestão pública mais eficiente e transparente, promovendo o desenvolvimento socioeconômico do país.

Simone Tebet, Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, destaca no Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027 (2023) que este PPA possui como

principais características o planejamento participativo e inclusivo; a sustentabilidade ambiental e econômica; o crescimento econômico; a geração de emprego e renda; o monitoramento e transparência; a valorização do planejamento para garantir alocação eficiente de recursos, promovendo bem-estar e coesão social, dentre outros. Desta feita, podemos observar a preocupação do PPA com a abordagem do desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

3.2 A Concepção Política de Defesa

A PND estabelece que, para haver paz e estabilidade mundial, o Estado deve realizar ações integradas e coordenadas nos campos do Desenvolvimento, da Diplomacia e da Defesa. Partindo dessas prioridades, surge o conceito de Concepção Política de Defesa³⁷, o qual visa contribuir com a Segurança e a Defesa Nacional. Em sequência, surgem os Pressupostos de Defesa³⁸ (Anexo A), os quais detalham as ações necessárias para atingir os OND. Selecionamos os pressupostos I, II, V, XV para o nosso estudo, bem como os OND III, VI e VIII (Anexo A). Esses elementos destacam e corroboram a importância do Setor de Defesa não apenas na sua vertente militar, mas também como um agente de desenvolvimento econômico e social, alinhando-se à proposta deste estudo em apresentar a Defesa como um setor que gera valor em um sentido mais amplo para o Brasil.

3.3 O Setor de Defesa

Por meio da END (2024), podemos conceituar o Setor de Defesa como parte do Sistema de Defesa Nacional, cuja responsabilidade está no preparo e emprego da expressão militar do Poder Nacional. Desde os tempos de paz, o Setor de Defesa apoia a Diplomacia estatal, enquanto em conflitos armados, é quem aplica a força militar em sua totalidade. Para contribuir com a Diplomacia e estar preparado para defender os interesses do Brasil, o setor necessita de apoio estatal para: garantir um

³⁷ Nota do autor: Refere-se ao conjunto de ideais, princípios e pressupostos que orientam a organização, o funcionamento e a atuação do Setor de Defesa.

³⁸ Complementam os princípios constitucionais a fim de contribuir com a Segurança e a Defesa nacionais (PND, 2024).

orçamento de acordo com os interesses nacionais; substituir equipamentos obsoletos; reduzir a dependência de produtos estrangeiros; fortalecer a BID e robustecer a MN.

Com o fito de cumprir as suas atribuições, as FA devem consolidar e integrar as suas capacidades militares em um planejamento e emprego eficaz. Nesse contexto, o Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa (PAED) é responsável por sistematizar e dimensionar as Capacidades Militares de Defesa, conforme a Política e a Estratégia Militar de Defesa. Este plano abrange a articulação do Setor de Defesa no território nacional e o delineamento dos equipamentos necessários para as FA cumprirem as suas obrigações, além de facilitar a interoperabilidade entre elas e racionalizar o planejamento estratégico militar. A execução do PAED é de responsabilidade de cada Força Singular.

Em sequência, a END (2024) detalha os três setores tecnológicos considerados estratégicos para a Defesa Nacional (o nuclear, o cibernético e o espacial), transcendendo a divisão entre desenvolvimento civil e militar, exigindo liderança centralizada e estreita coordenação entre diversos atores e áreas do conhecimento. Nesse escopo, o Setor Nuclear ficou a cargo da MB, que busca aprimorar o desenvolvimento dessa tecnologia para fins pacíficos; concluir a nacionalização e o desenvolvimento em escala industrial do ciclo do combustível nuclear; construir reatores nucleares para propulsão de submarinos; projetar e construir reatores nucleares de pesquisa, de teste e destinados a produção elétrica. Essas tecnologias contribuem com a segurança energética e a defesa nuclear, química e radiológica, fomentando o uso pacífico da energia nuclear. Nesse diapasão, o PROSUB é o mais importante programa para o desenvolvimento desse setor estratégico.

Em complemento, a END (2024) aponta que a BID é um ator fundamental para fortalecer a expressão militar do Poder Nacional, contribuindo com o desenvolvimento industrial e de defesa a partir de tecnologias avançadas. Porém, para que ocorra sinergia entre os atores, os aspectos comerciais da BID devem estar alinhados aos imperativos estratégicos nacionais e o Estado deve compensar a indústria com regimes legais e tributários especiais e prover regularidade de demanda dos seus produtos. Com isso, a BID gera benefícios como empregos, desenvolvimento de tecnologias duais e crescimento econômico para a nação.

Entretanto, o OND III (Anexo A) indica que o Brasil também deve buscar parcerias estratégicas estrangeiras que atendam às suas demandas e transfiram

tecnologia. A parceria estratégica Brasil-França no PROSUB é um exemplo para o caso. Nesse sentido, o Estado brasileiro deve ter o papel de produtor³⁹ e condutor⁴⁰ do desenvolvimento econômico nacional, adaptando-se às necessidades econômicas e políticas do país.

Amorim (2012) considerou a BID como essencial para a autonomia tecnológica e a capacidade de defesa do Brasil. Ele enfatizou a importância da indústria para reduzir importações e contribuir para a soberania nacional, além de gerar empregos, desenvolver setores tecnológicos e capacitar a indústria nacional. Ele destacou a necessidade de realizar parcerias estratégicas internacionais com a transferência de tecnologia. O PAED foi mencionado como primordial para consolidar os planos das FA, aumentar a sua eficiência e reduzir os seus custos.

Após análise sucinta, podemos observar que a PND (2024), a END (2024) e Amorim (2012) estão bastante alinhados, pois destacam a importância da BID para: a autonomia tecnológica; a capacidade de defesa; a redução de dependência de importações; o aumento de parcerias estratégicas internacionais; e o planejamento estratégico articulado como o PAED. Outro ponto de convergência é a atuação do Estado Condutor, facilitando a competitividade e sustentabilidade da BID, o que contribui para o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico do país. Logo, podemos concluir que a importância da BID para a Defesa Nacional e a intervenção do Estado são fundamentais. Mesmo após doze anos, observamos convergências que consolidam uma importante visão estatal.

3.4 O orçamento de programas estratégicos de defesa

O PROSUB é uma iniciativa estratégica entre o Brasil e a França, iniciada em 2008, com um orçamento estimado em R\$ 40 bilhões⁴¹. Este programa é o maior e mais importante projeto de cooperação internacional em defesa brasileiro,

³⁹ Estado Produtor: o Estado cria e gere diretamente empresas e serviços públicos em áreas onde o setor privado não investe. Essa intervenção visa garantir a provisão de bens e serviços essenciais para o desenvolvimento econômico (Gremaud et al., 2017).

⁴⁰ Estado Condutor: o Estado lidera e direciona o desenvolvimento econômico através de políticas cambiais, tarifárias e creditícias. O Estado utiliza essas medidas para promover a industrialização e integrar o país na economia global (Gremaud et al., 2017).

⁴¹ Fonte: ProSub é o mais importante projeto de cooperação em defesa (2024).

incrementando a BID e o preparo da MM. Seus custos e benefícios incluem aspectos econômicos, tecnológicos e sociais.

O programa cobre a construção de submarinos diesel-elétricos e com propulsão nuclear, estaleiros, infraestrutura de apoio, transferência de tecnologia e treinamento de pessoal. Os benefícios para o Brasil incluem: Soberania e Segurança Nacional- fortalecimento da capacidade de defesa marítima, protegendo a Amazônia Azul⁴², área de importância econômica e estratégica; Desenvolvimento Industrial- criação de infraestrutura, incluindo uma Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas, priorizando a fabricação de componentes nacionais e incentivando o parque industrial doméstico; Desenvolvimento Econômico e Geração de Empregos⁴³- criação de mais de 60 mil empregos em 700 empresas, fortalecendo a economia brasileira e a BID; Transferência de Tecnologia e Inovação- parceria para projetar, construir, operar e manter submarinos, beneficiando tanto a Defesa quanto setores civis de ciência e tecnologia; Capacitação e Qualificação Profissional- impulso à capacitação de engenheiros e técnicos altamente qualificados; Impacto Social e Bem-Estar- criação de empregos e renda, promovendo desenvolvimento social e prosperidade econômica; Política de Defesa e Cooperação Internacional- demonstração do compromisso do Brasil e da França em desenvolver sinergias tecnológicas e promover equilíbrio no comércio de PRODE, contribuindo para a estabilidade regional e global; Alinhamento com Políticas Públicas- exemplo de integração de programas estratégicos de defesa com políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e tecnológico.

Logo, o PROSUB é um exemplo claro de como investimentos em defesa podem incrementar a BID e as áreas tecnológicas e socioeconômicas nacionais. Com uma previsão substancial de gastos para o programa, destaca-se a importância da regularidade orçamentária de forma a não prejudicar todos os ganhos apontados.

Dados recentes indicam que o Setor de Defesa gera cerca de 5%⁴⁴ do PIB do Brasil e cria 2,9 milhões de empregos diretos e indiretos. Com investimentos em torno

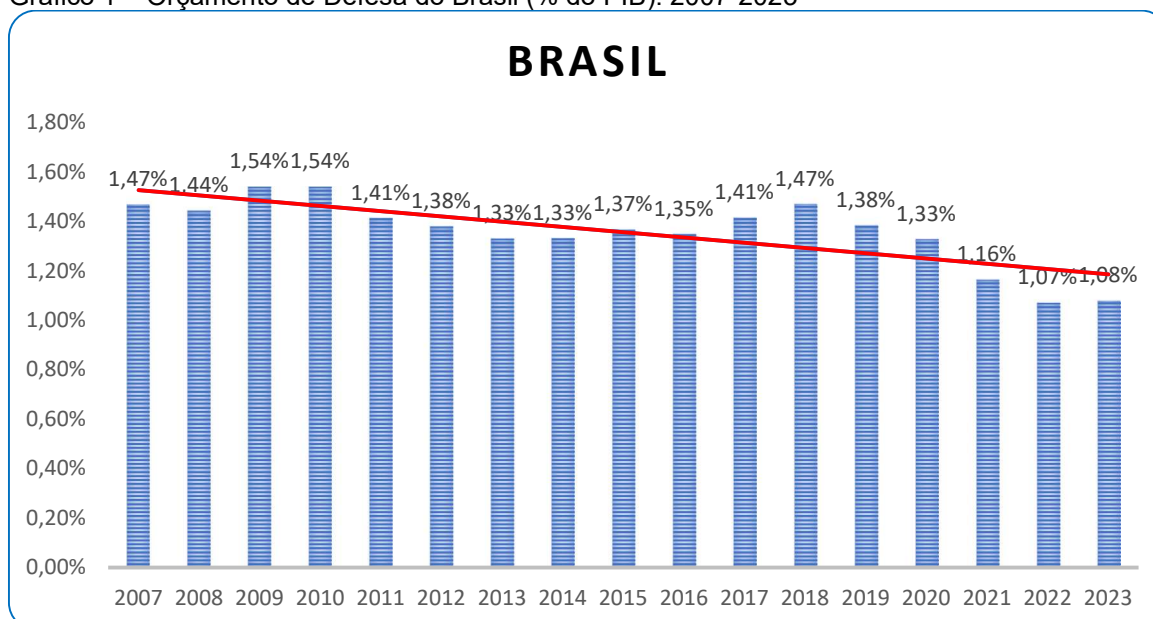
⁴² Amazônia Azul abrangendo a Zona Econômica Exclusiva e a plataforma continental brasileira. Com uma extensão aproximada de 4,4 milhões de km², a Amazônia Azul é essencial para o comércio exterior, produção de petróleo, pesca, turismo marítimo e segurança energética, além de ser vital para a soberania nacional e a projeção internacional do Brasil (Carvalho, 2005).

⁴³ Fonte: ProSub é o mais importante projeto de cooperação em defesa.

⁴⁴ Fonte: ProSub: conheça os detalhes do Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil.

de 1,1% do PIB (vide gráfico 1⁴⁵), conclui-se que há uma justificativa para o aumento do orçamento de defesa, assegurando a implementação e a manutenção de programas estratégicos, como o PROSUB, para fortalecer a MM, a Defesa Nacional e o desenvolvimento socioeconômico do país.

Gráfico 1 – Orçamento de Defesa do Brasil (% do PIB): 2007-2023



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do site <https://www.sipri.org/databases/milex>

3.5 Comparando orçamentos de defesa

Tendo explorado a importância do PROSUB para a defesa, a economia, dentre outras externalidades positivas para o Brasil, é essencial contextualizar o nível de investimento na expressão militar no nível mundial. A seguir, a partir do Método de Comparação Internacional⁴⁶, iremos confrontar os orçamentos de defesa do Brasil com outros países para tecer algumas conclusões. Portanto, vamos selecionar dois grupos de referência.

⁴⁵ Nota do autor: Estabelecemos o ano de 2007 de forma a comportar os efeitos da Crise Financeira Global de 2007-2009, a recuperação pós-crise, a Pandemia de COVID-19 e o panorama atual.

⁴⁶ Nota do autor: O Método de Comparação Internacional é um conceito utilizado em diversas disciplinas, destacando a importância de confrontar dados e variáveis. Essa abordagem é fundamental para entender o desempenho relativo de um país, pois, sem uma métrica de comparação, os dados isolados podem não oferecer uma compreensão completa ou precisa da situação. O método é amplamente discutido e aplicado por instituições como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Instituto de Pesquisa para a Paz Internacional de Estocolmo.

I- América do Sul: Os países da América do Sul fazem parte do Entorno Estratégico⁴⁷ brasileiro, dentro do seu cenário regional histórico e imediato. As questões de segurança e defesa no contexto sul-americano são relevantes para o Brasil, dado a sua aspiração de liderança regional e suas fronteiras compartilhadas⁴⁸. A comparação melhora a compreensão de como o Brasil se posiciona regionalmente, considerando as ameaças comuns e as estratégias de defesa que podem influenciar a estabilidade e a segurança na região.

II- Grupo dos Vinte⁴⁹ (G20): Outra fonte de observação seria os países⁵⁰ componentes do G20. Atualmente, a organização é a mais representativa do equilíbrio de poder internacional, em contraposição ao Grupo dos 7⁵¹ (G7). A diversidade do G20 abrange países com diferentes níveis de desenvolvimento socioeconômico e capacidades militares, proporcionando uma visão ampla de como o Brasil se situa em relação ao globo. Além disso, a comparação serve para avaliar a competitividade brasileira, identificando suas forças e fraquezas em relação às maiores potências econômicas e militares mundiais e a sua capacidade de projeção de influência global.

3.6 Seleção de um indicador relevante⁵²

Após selecionar com quem comparar o orçamento de defesa, passamos para a fase seguinte: Qual parâmetro de medição e meta utilizar para medir os gastos militares de um Estado? Escolhemos utilizar a relação entre o orçamento de defesa e o PIB dos Estados, expressa em termos percentuais. Segundo a Folha Informativa de abril de 2024, do Stockholm International Peace Research Institute⁵³ (SIPRI), essa

⁴⁷ Área de interesse prioritário brasileiro, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica (PND, 2024).

⁴⁸ Nota do autor: Apenas Equador e Chile não possuem fronteira contígua ao território brasileiro.

⁴⁹ O G20 (1999) foi formado após a crise financeira asiática, para unir ministros das finanças e banqueiros centrais das maiores economias do mundo para discutir a estabilidade econômica e financeira internacional. Em 2008, durante a crise econômica global, o grupo incluiu chefes de estado e de governo das maiores economias mundiais (MCBRIDE et al, 2023).

⁵⁰ Nota do autor: O G20 é composto por 20 países, pela União Europeia (EU) e União Africana (UA).

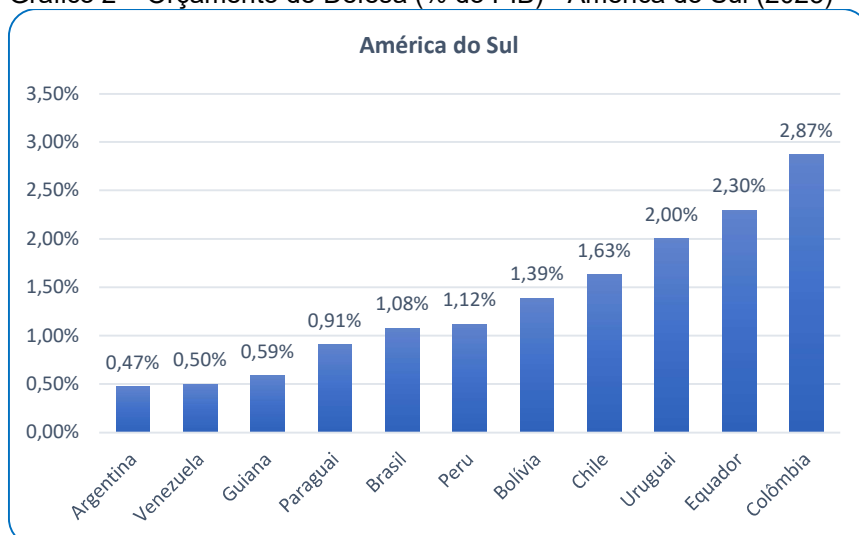
⁵¹ O G7 (1975) é um grupo informal formado por sete das principais democracias industrializadas do mundo: EUA, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão e Reino Unido. O grupo se reúne anualmente para discutir questões econômicas e políticas globais (Council on Foreign Relations, 2024).

⁵² A obra de Bahia (2021) foi essencial para a seleção e avaliação, oferecendo diretrizes fundamentais para a nossa análise.

⁵³ Nota do autor: O SIPRI fornece dados, análises e recomendações para formuladores de políticas, pesquisadores, mídia e o público em geral, com o objetivo de promover a paz e a segurança global.

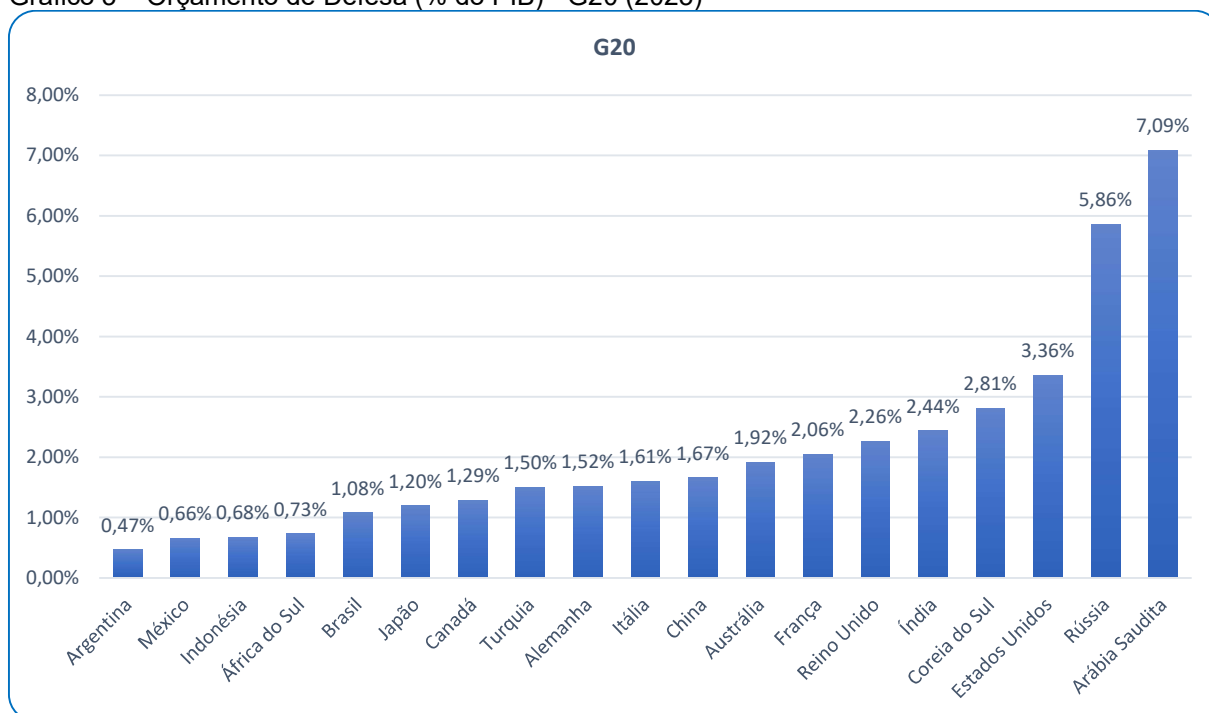
medida reflete o custo econômico relativo das FA para um país, também conhecida como Carga Militar⁵⁴. Os Gráficos 2 e 3 demonstram os dados atuais.

Gráfico 2 – Orçamento de Defesa (% do PIB) - América do Sul (2023)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do site <https://www.sipri.org/databases/milex>

Gráfico 3 – Orçamento de Defesa (% do PIB) - G20 (2023)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do site <https://www.sipri.org/databases/milex>

⁵⁴ Nota do autor: Fórmula de cálculo da Carga Militar= (Gastos Militares/PIB) × 100.
Gastos Militares=Total das despesas militares de um país em um dado período; e PIB=Produto Interno Bruto do país no mesmo período.

3.7 Definições de meta para os gastos militares

Em 2014, após a anexação da Crimeia pela Rússia, a Cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) se reuniu no País de Gales, refletindo a sua preocupação com a segurança internacional. Além da invasão, outros fatores afligiam os membros da Aliança, tais como a ação de grupos extremistas, a redução do orçamento de defesa por alguns membros da Aliança e do aumento da dependência dos EUA para garantir a segurança dos Aliados.

Frente a esse cenário, os membros da OTAN concordaram em reverter a tendência de redução de investimentos. O objetivo era fortalecer a segurança e defesa coletiva da Aliança. Logo, ficou acordado que os membros deveriam investir pelo menos 2% do seu PIB em defesa, onde 20% desse orçamento fosse destinado para a aquisição de equipamentos, incluindo PD&I⁵⁵.

Portanto, o evento foi um ponto de inflexão na postura de defesa da Aliança, com os líderes concordando em aumentar os seus gastos para enfrentar as crescentes ameaças à sua segurança. A meta de 2% de investimento do PIB foi uma resposta direta à necessidade de fortalecer a defesa coletiva, modernizar as capacidades militares e promover uma partilha mais equitativa das responsabilidades dentro da OTAN. Desta forma, a nossa análise utilizará esse dado com meta para avaliação, com base na maior organização de defesa coletiva mundial.

3.8 Avaliação e comparação dos gastos de defesa

Segundo a Folha Informativa do SIPRI (abril, 2014), “os gastos militares como uma porcentagem das despesas governamentais, podem ser vistos como uma medida das prioridades do governo”. O documento demonstra que a Carga Militar global aumentou de 2,2% do PIB (2022) para 2,3% (2023). Entretanto, o Brasil caiu da 16ª (2022) para a 18ª (2023) posição, com 1,08% de investimento no setor.

Conforme já apontamos, o Brasil detém uma ampla gama de recursos naturais, fontes de riquezas ainda não exploradas, uma variada matriz energética e uma grande população produtora. Esses fatores somados a um desenvolvimento tecnológico e

⁵⁵ Fonte: Declaração da Cúpula do País de Gales (2014) emitida pelos Chefes de Estado e de Governo participantes da reunião.

industrial podem ampliar a projeção de poder do Estado no cenário internacional, podendo ocasionar conflitos de interesses entre as nações.

Nesse diapasão, o investimento em defesa cumpre a sua função precípua de prover estabilidade e segurança à população brasileira, além de proporcionar instrumentos que levem a sua liderança regional na América do Sul, contribuindo para o fortalecimento de alianças e a integração política e econômica na sua região.

No contexto global, o Brasil tem demonstrado interesse em expandir a sua influência desde a formação do Grupo dos 77⁵⁶ (G77). Atualmente, o faz por meios de diversos fóruns, como o BRICS⁵⁷. Contudo, o G20 ainda é mais diversificado na sua formação. Essa ambição nacional é refletida em diversas iniciativas diplomáticas, econômicas e militares do país no Grupo, uma tentativa de participar da formulação e tomada de decisões de agendas globais, como segurança e economia, além de defender os seus interesses nacionais.

Após análise dos gráficos 2 e 3, podemos observar que na América do Sul, dos 11 países analisados, o Brasil (1,08%) configura apenas como o 7º maior investidor. Colômbia (2,87%), Equador (2,30%) e Uruguai (2,0%) investem uma proporção do PIB significativamente maior do que a brasileira, refletindo maior prioridade dada à segurança e à defesa por esses países. Em relação ao G20, países com economias comparáveis, como o RU (2,44%) e a Coreia do Sul (2,81%), investem uma porcentagem muito maior de seus PIB em defesa em relação ao Brasil. Além disso, países com o desempenho econômico aquém do brasileiro, caso da Arábia Saudita (7,09%) e da Rússia (5,86%), também demonstram dar maior privilégio à defesa. O país só fica à frente de Argentina, México, Indonésia e África do Sul, todas economias emergentes aquém da brasileira.

Portanto, é notório que o investimento do Brasil em defesa é modesto quando comparado aos seus pares regionais e globais. Aumentar os gastos militares para alcançar a meta de 2% do PIB poderia trazer múltiplos benefícios, incluindo uma maior

⁵⁶ Nota do autor: G77 é uma coalizão de países em desenvolvimento, criada na primeira sessão da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (1964), para promover seus interesses econômicos coletivos e fortalecer sua capacidade de negociação conjunta na ONU, visando um desenvolvimento sustentável e equilibrado.

⁵⁷ BRICS é um acrônimo que denomina Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. VAN AGTMAEL (2007) descreveu como o termo mercado emergente surgiu como uma nova oportunidade de investimento. Logo após, o termo BRICS foi ganhando popularidade e tinha como objetivo descrever os países que juntos formavam as maiores economias em ascensão no cenário mundial.

capacidade de resposta a ameaças externas, um fortalecimento de sua liderança regional, além do aumento de sua influência mundial contribuindo com a governança global e, como vimos, o investimento de 1,08% do PIB em defesa gera um efeito multiplicador sobre a economia, gerando um retorno de 5% sobre o mesmo. Internamente, o aumento dos gastos com defesa estimula a BID, a PD&I tecnológica, o preparo da MN, além das externalidades socioeconômicas produzidas. Em resumo, uma revisão da estratégia de investimento da Carga Militar é necessária para garantir que o Brasil possa proteger adequadamente seus interesses nacionais, cumprir as suas responsabilidades internacionais e acompanhar as tendências de segurança do sistema internacional.

3.9 Conclusões parciais

Neste capítulo, examinamos as tendências recentes dos investimentos em defesa global, com foco no Brasil. Analisamos o processo orçamentário brasileiro, destacando a Concepção Política de Defesa e a necessidade de um orçamento compatível com os objetivos nacionais.

Observamos que o modelo orçamentário brasileiro é estruturado de forma a garantir coerência entre o planejamento de médio prazo e a execução anual, promovendo uma gestão pública eficiente e transparente. No entanto, identificamos que os investimentos em defesa ainda são modestos quando comparados a outros países da América do Sul e do G20.

O PROSUB foi destacado como um exemplo de programa estratégico que contribui não apenas para a Defesa Nacional, mas também para o desenvolvimento tecnológico e socioeconômico do Brasil.

Ao comparar os orçamentos de defesa do Brasil com outros países, concluímos que há uma justificativa para aumentar os investimentos, buscando alcançar a meta de 2% do PIB recomendada pela OTAN. Isso traria múltiplos benefícios, incluindo uma maior capacidade de resposta a ameaças externas, o fortalecimento da liderança regional e a ampliação da influência global do Brasil.

O próximo capítulo discutirá a PVD e seus componentes, explorando como os investimentos em defesa geram benefícios diretos e indiretos para o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico do país.

4 A PROPOSTA DE VALOR DA DEFESA E SEUS COMPONENTES

Este capítulo resume os desenvolvimentos na abordagem do governo do RU para entender o valor da defesa como impulsionador e indicador do desempenho nacional. Considera as dificuldades teóricas e práticas de definir e mensurar valores, como proteção, influência, segurança e prosperidade. A análise da PVD do RU explora a gestão orçamentária de defesa, a comunicação estratégica do valor agregado e metodologias para maximizar o valor público, oferecendo lições para o Brasil e outras nações.

4.1 O gerenciamento do orçamento de defesa nas democracias contemporâneas

Equilibrar gastos com defesa e capacidades militares para contribuir com os interesses nacionais é um desafio comum aos países. O RU, membro do Conselho de Segurança da ONU e da OTAN, enfrenta um déficit de £16,9 bilhões no Plano de Equipamentos⁵⁸ (2023–2033). O Comitê de Contas Públicas do Estado recomendou ajustes fiscais para superar essas dificuldades. Logo, analisar a solução do RU é relevante para o Brasil, que também enfrenta desafios orçamentários para o Setor de Defesa. A experiência britânica oferece exemplos valiosos para demonstrar o valor da defesa e melhorar a transparência na prestação de contas, essencial para manter o aprestamento militar e garantir a soberania nacional.

4.2 A necessidade de aprimorar a avaliação e a comunicação do valor do setor público

Desde 1972, o Livro Verde⁵⁹ (LV) do Tesouro de Sua Majestade⁶⁰ (TSM) oferece definições padronizadas e uma estrutura analítica para avaliações de políticas, programas e projetos do governo britânico. No entanto, esses padrões não

⁵⁸ O relatório foi apresentado pela Nineteenth Report of Session 2023–24 (2024).

⁵⁹ Green Book é um guia do governo britânico para avaliar políticas e projetos públicos, visando maximizar o valor e a eficiência no uso dos recursos públicos.

⁶⁰ Nota do autor: His Majesty's Treasury, em inglês, é o Ministério da Economia e das Finanças do governo do RU.

são observáveis nas discussões públicas e políticas. O Ministério da Defesa do Reino Unido (MDRU) está aprofundando sua compreensão sobre a dimensão econômica do Setor de Defesa, com foco nos impactos das políticas e estratégias industriais, incluindo aquisição, inovação, competências e exportações. No entanto, esse esforço enfrenta desafios para explicar e medir a contribuição do setor para a prosperidade nacional, o que dificulta a capacidade do MDRU de defender de forma convincente a importância de suas atividades para os diversos grupos de interesse do RU.

Avaliar os custos e benefícios das opções políticas é tarefa complexa, agravada pela incerteza sobre a efetividade⁶¹ de sucesso de suas ações. Recentemente, o TSM introduziu uma nova ferramenta: a Estrutura de Valor Público⁶² (EVP). A EVP foi introduzida em complemento ao LV, que continha avaliações baseadas em uma abordagem de eficiência⁶³ da produtividade do setor público. Em suma, o novo modelo estabelece critérios para transformar dinheiro público em impactos políticos positivos e avalia a eficácia⁶⁴ dessas atividades, aumentando a probabilidade de maximizar o valor gerado (The Public Value Framework, 2019).

As antigas metodologias tiveram papel relevante nas avaliações das ações governamentais, porém, possuíam lacunas, como o caso da Defesa, que enfrenta dificuldades em explicar e medir a sua contribuição econômica para a prosperidade nacional. O advento da EVP ao LV possibilita melhorar a compreensão de como diferentes atividades proporcionam valor público, além de gerar subsídios para maximizar o valor agregado do orçamento estatal, servindo de arcabouço metodológico para que o MDRU desenvolvesse a PVD (Understanding the Value of Defence, 2021).

Portanto, a incorporação dessa ferramenta permite que os gastos públicos não sejam avaliados somente com um enfoque econômico, mas sim de uma forma

⁶¹ Efetividade: relaciona-se com o impacto real de uma ação ou intervenção e sua relevância para os objetivos mais amplos. Uma ação é efetiva se produz um efeito significativo e contribui para o alcance de metas mais abrangentes, considerando os efeitos desejados e indesejados. Efetividade aborda a questão: "Estamos fazendo as coisas certas para ter um impacto positivo?"

⁶² Nota do autor: Estrutura de Valor Público é a tradução do The Public Value Framework, 2019.

⁶³ Eficiência: refere-se à relação entre os recursos utilizados em um processo e seus outputs (produtos, resultados ou serviços) gerados. Uma operação eficiente utiliza o mínimo possível de recursos (como tempo, dinheiro e mão de obra) para produzir a quantidade máxima de outputs. O termo eficiência responde à pergunta: "Estamos fazendo as coisas de maneira econômica?"

⁶⁴ Eficácia: refere-se ao grau em que uma ação ou intervenção alcança seus objetivos específicos. É sobre a capacidade de atingir as metas planejadas e responde à pergunta: "Estamos alcançando os objetivos que planejamos?"

holística, representando um conjunto robusto de princípios para a gestão eficaz e eficiente dos recursos públicos, direcionando para resultados sociais positivos.

Diante do desenvolvimento da EVP e da necessidade de uma abordagem mais clara e impactante sobre os benefícios gerados pela Defesa, em 2019, o Centro de Desenvolvimento, Conceitos e Doutrina do MDRU (CDCCD) solicitou à RAND Europe a realização de um estudo para demonstrar o motivo da existência do Setor de Defesa, bem como identificar e divulgar as maneiras pelas quais o setor agrega valor ao Estado. Esse esforço visava elaborar uma PVD que comunicasse de maneira eficaz o papel e a contribuição da Defesa, em termos de valor agregado, para diversos públicos, dentro e fora do RU (Understanding the Value of Defence, 2021).

4.3 A Estrutura de Valor Público

Primeiramente, vamos discorrer sobre o que seria o conceito de valor. Segundo Mill (1885), o valor de um bem ou serviço na economia é determinado por sua utilidade, a dificuldade de obtenção e a transferibilidade da posse. Esses fatores combinam-se para definir o valor de troca de um bem, que reflete a quantidade de esforço ou recursos que as pessoas estão dispostas a sacrificar para obtê-lo. Entretanto, a aplicação desses conceitos ao setor público enfrenta notórios desafios, principalmente devido à natureza gratuita ou subsidiada dos serviços governamentais, o que dificulta a aplicação de métodos de avaliação baseados em preços, comuns no setor privado (The Public Value Framework, 2019).

Tradicionalmente, a produtividade pública é mensurada pela lente da eficiência. Contudo, algumas áreas, como a Defesa, possuem desafios para mensurar os seus resultados, tais como paz e estabilidade. Nesse contexto, a EVP surgiu como uma ferramenta para tentar solucionar o problema, propondo uma abordagem focada na definição das atividades essenciais que as entidades públicas devem realizar e estabelece critérios para avaliá-las para, conseqüentemente, maximizar o valor público gerado (Understanding the Value of Defence, 2021).

A EVP está organizada em quatro pilares que são subdivididos em 13 áreas adicionais, que devem ser consideradas na sua montagem, e 35 questões-chave para avaliar aspectos específicos do desempenho de um setor. Por fim, para cada pergunta existe um conjunto de instruções que orientam sobre o tipo de informação que uma

resposta adequada deve conter. Essas instruções servem como guias para identificar os dados ou evidências necessárias, embora não sejam exaustivas e possam não se aplicar em sua totalidade em todos os contextos. Com isso, o principal resultado de uma avaliação realizada com a EVP é a utilização de um sistema de classificação que indica a probabilidade de o valor público estar sendo maximizado em uma determinada área de despesa, além de gerar um conjunto de julgamentos e descobertas que servem de base para recomendações sobre como potencializar o resultado esperado (The Public Value Framework, 2019).

4.4 A nova ferramenta de avaliação do setor público

Nesta subseção, vamos explorar as orientações do The Public Value Framework (2019) para avaliar o Setor de Defesa. Os critérios da EVP podem ser aplicados em diversos cenários, desde o desenvolvimento de políticas até as operações de um Órgão governamental, permitindo tanto avaliações contínuas quanto revisões específicas, demonstrando ser uma metodologia flexível, adaptável e contínua. Vamos examinar os seus principais elementos:

I- Princípios: para o Setor de Defesa utilizar a EVP de forma eficaz, é importante observar os seguintes princípios: Gestão Participativa- incentivar a participação ativa de todos os membros da organização, promovendo um ambiente de colaboração e engajamento; Credibilidade- assegurar que os resultados estejam baseados em evidências atualizadas e precisas, envolvendo especialistas quando necessário; Imparcialidade- priorizar as evidências e os fatos apresentados, garantindo uma análise objetiva e imparcial dos setores; Complementaridade- alinhar a avaliação com processos de monitoramento de desempenho existentes; Alinhamento de incentivos- garantir o apoio da alta administração e incentivar comportamentos corretos; e Acessibilidade- produzir resultados compreensíveis para um público amplo, não apenas especialistas.

II- Momento e Frequência da Avaliação: demonstra que as avaliações contínuas, ao contrário das específicas, incorporam com mais profundidade os princípios da EVP, porém, exigem mais recursos e suporte da alta liderança. Com isso, sugere-se que essa abordagem seja implantada para a Gestão Estratégica do MD e das FA por permitir acumular evidências e conhecimento do desempenho ao

longo do tempo, estabelecendo bases para uma mudança organizacional significativa, contribuindo para melhorar a compreensão e maximização do valor da defesa.

III- Escopo da avaliação: de acordo com o Quadro 2, sugerimos que as avaliações sejam conduzidas por resultados, podendo ser revisadas sempre que necessário, evitando limitações excessivas no escopo inicial que podem afetar a capacidade do projeto.

Quadro2: Definições de Escopo da EVP

Por insumo	Baseia-se em um elemento específico que influencia a avaliação (ex.: um orçamento para a aquisição de equipamentos militares)
Por processo	Baseia-se em um processo específico dentro do MD (ex.: processo de treinamento de meios de uma determinada FA)
Por resultado	Baseia-se em um resultado desejado ou prioridade estratégica do MD (ex.: melhorar a eficácia das operações de manutenção da paz em uma determinada região, medindo o impacto das ações militares na estabilidade e segurança local)

Fonte: Adaptado do The Public Value Framework (2019)

I- Envolvimento na avaliação: quem está envolvido em uma avaliação é fundamental para o seu sucesso. A EVP é, em sua essência, apenas uma lista de perguntas; portanto, são as pessoas certas, com as habilidades, conhecimentos e mentalidade necessários, que dão valor ao processo.

Pode-se observar um grupo de habilidades metódicas, analíticas e de comunicação, de inovação e colaborativas como essenciais para grupos de avaliação. Além dessas, é recomendável estabelecer equipes com conhecimento interdisciplinar, especializado, relacional e diversificado. Entretanto, enquanto habilidades e conhecimento são pré-requisitos para avaliações bem-sucedidas, a mentalidade é o atributo mais importante de suas equipes, requerendo: compromisso com os objetivos do processo, disposição para desafiar o pensamento convencional e o desejo de identificar áreas para melhoria. O objetivo de uma boa mentalidade é aprimorar o serviço público e oferecer mais valor à sociedade.

II- O Contexto Organizacional e o Ambiente Externo: o apoio da liderança do órgão público e das demais partes interessadas é crucial para garantir que as avaliações sejam bem direcionadas, priorizadas e dotadas de recursos adequados, além de assegurar a implementação das conclusões e recomendações visando evitar duplicações e fortalecer os resultados do processo.

III- Metodologia de Avaliação: deve-se seguir um conjunto básico de etapas: iniciação (definição do escopo, governança e equipe), trabalho pré-avaliação (briefing da equipe, decisão sobre o foco e coleta de evidências), análise (coleta de evidências e formação de julgamentos) e acompanhamento (apresentação de resultados e desenvolvimento de soluções). Essas etapas são fundamentais para garantir que o processo de avaliação seja sistemático e rigoroso, seguindo princípios de gestão de projetos e design organizacional, familiares a muitos órgãos públicos.

Entretanto, a finalidade da EVP não é prescrever soluções específicas para os problemas, mas sim delinear o que um órgão governamental deve fazer para maximizar o seu valor público, apesar das discussões levarem a resoluções. Workshops, Matrizes de Impacto vs. Dificuldade, critérios de adequação, viabilidade e aceitabilidade são ferramentas úteis nesse estágio. Todos esses instrumentos ajudam a transformar as descobertas da avaliação em ações concretas e efetivas para a melhoria contínua dos serviços públicos.

IV- Explorando a Estrutura: As 35 perguntas apresentadas na EVP foram desenvolvidas com base na experiência britânica⁶⁵. Essa estrutura não é definitiva, variando ao longo do tempo. Portanto, podemos concluir que a EVP serve como parâmetro de análises, porém, trata-se de uma estrutura dinâmica, carecendo sempre de atualizações.

4.5 A Proposta do Valor da Defesa

Neste tópico, trazemos a visão do Understanding the Value of Defence (2021) sobre como a iniciativa do CDCD de encomendar um estudo para mapear as formas como a Defesa agrega valor visa fortalecer a comunicação estratégica⁶⁶ do MDRU para os diferentes grupos de interesse do RU.

O MDRU desempenha um papel crucial no desenvolvimento do instrumento militar de poder, com o apoio das FA e da indústria. Focando na dimensão militar, o

⁶⁵ Nota do autor: Para mais informações, consulte o Capítulo 4 do The Public Value Framework (2019).

⁶⁶ Segundo o Strategic Communication (2021), a comunicação estratégica é o processo de influenciar públicos-alvo, utilizando recursos necessários para atingir objetivos definidos. Isso é alcançado por meio da coordenação organizada de todas as ferramentas de comunicação, fundamentada em pesquisa e alinhamento estratégico nas mensagens e produtos de comunicação. Esse processo é estruturado em um plano único, com marcos específicos e avaliação contínua para garantir a eficácia.

MDRU busca integrar formas e meios para atingir os fins políticos, combinando poder duro e brando conforme enfatizado pela Doutrina de Fusão⁶⁷ e os conceitos de Operações de Defesa Aplicada⁶⁸. Além de proteger contra ameaças externas, a Defesa do Reino Unido valoriza a sociedade ao deter ameaças internas e promover interesses nacionais. Ela também contribui para a segurança de aliados, criando condições para o comércio e promovendo a estabilidade global. Publicação Doutrinária Conjunta 0-01⁶⁹ (2022) destaca a importância da soberania e dos interesses nacionais, que são protegidos e promovidos para garantir a prosperidade da nação.

Contudo, durante anos, havia uma visão limitada que o Setor de Defesa fornecia apenas o instrumento militar da política e estratégia do governo britânico dentro do modelo de Instrumentos de Poder DIME (Diplomático, Informacional, Militar e Econômico), semelhante à expressão militar do Poder Nacional brasileiro. No entanto, o estudo apontou que a Defesa não oferece apenas proteção contra ameaças, mas também um valor amplo à sociedade britânica e mundial. Assim, identificou-se a seguinte relação de componentes da PVD: Proteção do nosso povo; Garantia contra um futuro incerto; Projeção da nossa influência global; Contribuição para a segurança internacional; Apoio à economia nacional; e Contribuição para a identidade nacional e bem-estar social. O exame desses elementos revelou um conjunto de componentes interligados que beneficiam a sociedade de diversas maneiras trazendo benefícios diretos e indiretos que ajudam a garantir a segurança e a prosperidade em um contexto mais amplo. O Anexo C traz o mapa dos seis componentes da PVD do Reino Unido, sendo que nosso estudo foca no quinto componente: o apoio à economia nacional.

⁶⁷ A Doutrina de Fusão foi formalizada como parte da Revisão das Capacidades de Segurança Nacional (NSCR) de 2018. Essa doutrina visa maximizar o efeito coletivo das capacidades de segurança nacional para apoiar a implementação da Revisão da Estratégia de Defesa e de Segurança (SDSR) de 2015. A Doutrina de Fusão foca na integração e coordenação de esforços entre diferentes agências e setores do governo britânico para abordar desafios de segurança de maneira mais holística e eficaz.

⁶⁸ Refere-se a uma abordagem integrada e coordenada para a implementação de estratégias de defesa que combinam tanto poder duro quanto poder brando para atingir os objetivos políticos e militares do país. Esse conceito é parte da Doutrina de Fusão, que busca integrar todos os instrumentos do poder nacional (DIME) para maximizar a eficácia das operações de defesa.

⁶⁹ A Publicação Doutrinária Conjunta 0-01 (Joint Doctrine Publication 0-01) descreve os princípios fundamentais e a filosofia que orientam o emprego do instrumento militar do Reino Unido.

4.6 O quinto componente da PVD: Apoio à economia nacional

Este componente reconhece os benefícios econômicos diretos e indiretos dos investimentos na defesa do RU. O relatório *Growing the Contribution of Defence to UK Prosperity* (2018), também conhecido como *Revisão Dunne*⁷⁰, destaca a importância da Defesa na prosperidade econômica do RU. Conclui que a Defesa não apenas protege o ambiente doméstico e a ordem internacional, mas também apoia diretamente o PIB através de exportações e da execução do orçamento de Defesa. O documento recomenda que o MDRU incorpore o conceito de prosperidade em suas decisões de aquisição, aumente a agilidade dos processos, fortaleça a relação entre a BID e o restante da economia, além de enfatizar a inovação contínua e o desenvolvimento de habilidades técnicas.

A *Revisão Dunne* detalha como conflitos e insegurança resultam em perdas econômicas diretas e indiretas, incluindo o impacto sobre ativos e deslocamento de pessoas. No entanto, os investimentos na Defesa estabelecem condições favoráveis para a indústria, comércio e investimento, superando os custos de oportunidade e reforçando a confiança no setor para a economia britânica. Os atuais 2,26% do PIB investidos na defesa do RU geram impactos positivos, como emprego nos setores público e privado, desenvolvimento de habilidades, promoção de exportações e PD&I.

Esses impactos socioeconômicos têm dimensão nacional e regional, ancorando economias locais e proporcionando oportunidades em comunidades desfavorecidas. Entre 2018-2019, o MDRU gastou £19,2 bilhões na indústria, apoiando mais de 306.000 empregos no país. Como exemplos desses impactos, temos: a região sudoeste da Inglaterra (Yeovil, Bristol e Plymouth) com a maior parcela de empregos na indústria de Defesa; no Clyde, a construção naval; na Irlanda do Norte, o setor aeroespacial; em Barrow-in-Furness, a produção de submarinos; em Warton e Brough, a fabricação de aeronaves de combate; e no País de Gales, a parte eletrônica de defesa. No Brasil, o PROSUB fortalece o instrumento militar e gera

⁷⁰ Nota do autor: o relatório foi conduzido por Philip Dunne, ex-Ministro da Defesa do RU, que foi encarregado pelo governo britânico de investigar como o Setor de Defesa poderia contribuir mais para a prosperidade econômica do RU. O relatório apresentou recomendações para maximizar os benefícios econômicos e sociais do setor de defesa britânico.

impactos socioeconômicos positivos ao criar empregos, desenvolver habilidades técnicas e promover PD&I tecnológica na cidade de Itaguaí-RJ.

Portanto, o relatório demonstra que os gastos do MDRU têm um impacto significativo na economia do RU, apoiando empregos e crescimento em diversas regiões. Além disso, uma BID e uma economia robustas aumentam a capacidade de defesa, fornecendo a base industrial, tecnológica e de habilidades, bem como os recursos financeiros necessários para promover a Segurança Nacional e a influência global do Estado.

4.7 Próximos passos para aplicar a Proposta de Valor da Defesa

Os próximos passos para aplicar a PVD incluem adaptar seus componentes aos diferentes públicos (governo, sociedade civil, militares e comunidade internacional) e suas prioridades. A Defesa deve assimilar as necessidades desses públicos, alinhar estrategicamente suas comunicações e criar narrativas claras sobre os seus benefícios. É essencial reunir evidências sobre o valor do setor, considerando benefícios diretos e indiretos, custos, riscos e compensações, além de promover debates intersetoriais para alinhar recursos e demonstrar a importância do aparato militar como bem público essencial. Finalmente, o MDRU deve constantemente renovar sua abordagem para se manter relevante em um mundo em mudança.

4.8 A Proposta de Valor da Defesa brasileira e Análise comparativa com o RU

Primeiramente, analisamos os documentos condicionantes da Defesa brasileira. A CF (1988) prevê que as FA são instituições nacionais permanentes destinadas à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem. Além dos princípios, acrescentamos os Pressupostos de Defesa e os OND, vide Anexo A, contidos na PND.

Com esses condicionantes, elaboramos a PVD brasileira (Apêndice I), baseada no modelo britânico. No entanto, é importante destacar que o exemplo do RU envolveu análises internacionais, definição de conceitos como "prosperidade" e "valor", além de discussões com partes interessadas do Setor de Defesa. Nossa proposta demonstra

que é possível adaptar essa estrutura ao Brasil, considerando seus condicionantes específicos.

Logo, podemos verificar que a PVD do RU e a proposta nesta pesquisado para o Brasil compartilham diversos elementos fundamentais, demonstrando como ambos os países utilizam suas estratégias de defesa para promover prosperidade econômica, desenvolvimento tecnológico e bem-estar social. Embora cada país adapte suas estratégias às suas realidades econômicas, sociais e geopolíticas específicas, existem paralelos e semelhanças significativos entre ambas as propostas:

a) **Proteção e Segurança:** Tanto o RU quanto o Brasil destacam a importância de proteger seu povo e garantir a segurança nacional. Isso inclui a defesa contra ameaças internas e externas, a proteção da infraestrutura crítica e a segurança das rotas comerciais essenciais.

b) **Promoção da Prosperidade:** Ambos os países utilizam suas políticas de defesa para promover a prosperidade econômica. No RU, isso é feito através do estímulo ao comércio, investimento e PD&I tecnológica. No Brasil, há uma ênfase na autonomia tecnológica, integração regional e fortalecimento da BID.

c) **PD&I:** O investimento nessa área é uma prioridade compartilhada. O RU foca na criação de propriedade intelectual e inovação, enquanto o Brasil busca a sua autonomia tecnológica, seja por desenvolvimento interno ou por meio de parcerias estratégicas com internacionais.

d) **Mobilização Marítima:** A MM desempenha um papel fundamental no fortalecimento da defesa e no desenvolvimento socioeconômico dos dois países. A Revisão Dunne cita como o investimento no preparo da MM do RU cria centros industriais com capacidade para desenvolver e produzir meios de defesa, permitindo uma transição rápida da situação de normalidade para um conflito armado. No Brasil, temos o exemplo do PROSUB, contribuindo com a BID, criando infraestrutura, gerando empregos e promovendo inovação tecnológica. A produção de submarinos fortalece a capacidade operacional da MB, protege recursos estratégicos e cria uma fortalece a BID criando uma base de apoio para a Logística Nacional.

A análise comparativa da PVD do RU e do Brasil mostra que ambos utilizam suas estratégias de defesa para garantir segurança e promover desenvolvimento socioeconômico e tecnológico. O RU foca em PD&I, enquanto o Brasil busca a sua autonomia tecnológica, seja por desenvolvimento interno ou por meio de parcerias

estratégicas com internacionais. Ambos reconhecem a importância de uma BID robusta para segurança e crescimento econômico. A MM é destacada como crucial para o desenvolvimento econômico e social, promovendo condições favoráveis para comércio, indústria, exportações, investimento em pessoas e PD&I. Dessa forma, RU e Brasil podem fortalecer suas economias, incentivar a inovação e garantir um futuro próspero e seguro para os seus países.

4.9 Conclusões parciais

Neste capítulo, exploramos a abordagem do governo britânico para entender o valor da defesa como impulsionador e indicador do desempenho nacional, adaptando essa estrutura para a realidade brasileira. Analisamos as dificuldades teóricas e práticas de definir e mensurar valores como paz e estabilidade.

A EVP foi destacada como uma ferramenta para avaliar e maximizar o valor gerado pelos investimentos em defesa. A aplicação dessa metodologia revelou a importância de uma abordagem holística e interdisciplinar para a gestão dos recursos públicos, focando não apenas na eficiência econômica, mas também nos resultados sociais positivos, podendo ser aplicada ao Setor de Defesa brasileiro.

A PVD britânica foi apresentada, demonstrando que o Setor de Defesa agrega valor para a nação, além do instrumento militar de poder. O enfoque do estudo foi o quinto componente, Apoio à economia nacional, evidenciando os benefícios econômicos diretos e indiretos dos investimentos em defesa, como a criação de empregos, o desenvolvimento de habilidades técnicas e a promoção de PD&I. O PROSUB foi novamente citado como um exemplo de como a defesa pode gerar impactos positivos na economia e no desenvolvimento tecnológico do país.

Por fim, a PVD brasileira foi delineada com base no exemplo britânico, demonstrando que ambas utilizam suas estratégias de defesa para garantir segurança e promover desenvolvimento socioeconômico e tecnológico.

O próximo capítulo sintetizará os principais pontos abordados ao longo da dissertação, destacando as lições apreendidas e as implicações práticas para fortalecer a MM como um pilar essencial para a Defesa Nacional e o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

5 CONCLUSÃO

O estudo demonstrou que, mesmo em um contexto de restrições orçamentárias, os investimentos estratégicos em defesa têm o potencial de gerar benefícios diretos e indiretos, incluindo a criação de empregos, o fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) e o avanço tecnológico. Esses fatores foram discutidos ao longo dos capítulos, evidenciando que a MM não apenas reforça a Defesa Nacional, mas também promove o crescimento socioeconômico do país. Dessa forma, a questão de pesquisa – "Considerando o atual cenário de restrições orçamentárias, é possível entender e demonstrar para a sociedade brasileira, durante o processo de planejamento orçamentário, o quanto a MM contribui para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, elevando o nível de investimento no setor?" – foi respondida através de uma compreensão mais abrangente da mobilização e sua interdependência com outras atividades estatais. A análise do retorno sobre o investimento na expressão militar do Poder Nacional, exemplificada pelo PROSUB como um programa estratégico dentro do escopo da MM, demonstra que o Setor de Defesa agrega valor além da proteção da nação, contribuindo significativamente para a economia do país.

A pesquisa indica que estudos futuros podem ampliar o escopo deste trabalho, explorando outras áreas do Setor de Defesa e suas interações com o desenvolvimento socioeconômico. Além disso, estudos comparativos entre diferentes países podem oferecer esclarecimentos adicionais sobre como maximizar os benefícios dos investimentos em defesa. Outra sugestão seria investigar o impacto a longo prazo dos gastos públicos militares na estabilidade social e no desenvolvimento econômico em diferentes regiões do Brasil.

Inicialmente, foi apresentada a motivação para o estudo e a relevância da MM no contexto da Defesa Nacional e do desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Em seguida, detalhou-se a estrutura da MN e sua relação com a MM, explorando três CND cruciais: logística, desenvolvimento tecnológico de defesa e mobilização. Foi enfatizada a importância da preparação contínua da MN para garantir a prontidão do Brasil em responder a crises e a necessidade de uma coordenação eficiente entre os setores civil e militar. O capítulo destacou como a MM, exemplificada pelo PROSUB,

fortalece a logística e a capacidade operacional da MB, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento industrial e tecnológico.

Posteriormente, analisou-se o processo orçamentário brasileiro, com foco na Concepção Política de Defesa e na importância de um orçamento compatível com os objetivos nacionais. Foi discutido o PROSUB como um exemplo de programa estratégico que, além de contribuir para a Defesa Nacional, promove o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico. O capítulo também comparou os investimentos do Brasil em defesa com outros países, concluindo que há uma justificativa sólida para aumentá-los, visando fortalecer a capacidade de resposta a ameaças externas e melhorar a competitividade internacional.

Por último, foi explorada a abordagem do governo britânico para entender o valor da Defesa e como isso pode ser adaptado à realidade brasileira. A EVP foi apresentada como uma ferramenta para avaliar e maximizar o valor gerado pelos investimentos públicos. A PVD britânica foi analisada, com destaque para o apoio à economia nacional como um dos seus componentes principais. O capítulo concluiu com a proposta de uma PVD brasileira, adaptada para as necessidades e características específicas do país, mostrando como a Defesa pode gerar impactos positivos tanto na segurança quanto no desenvolvimento socioeconômico.

Os ensinamentos desta pesquisa reafirmam a importância estratégica da Defesa Nacional não só como uma garantia de proteção, mas também como um motor crucial para o desenvolvimento socioeconômico. A PVD brasileira, adaptada a partir do modelo do RU, oferece um novo entendimento sobre como comunicar e justificar os gastos públicos com defesa para diferentes interessados. Em tempos de restrições orçamentárias, a MM se destaca como um exemplo claro de como a Defesa pode ser um investimento que, além de proteger a nação, contribui significativamente para o bem-estar social e a prosperidade do Brasil.

Os resultados deste trabalho indicam que as autoridades responsáveis pelo planejamento orçamentário e pela Defesa devem priorizar a MM como uma área de investimento, dado seu potencial significativo para gerar retornos socioeconômicos.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Celso Luiz Nunes. A política de defesa de um país pacífico (2012). In: MOREIRA LIMA, Sérgio Eduardo; FARIAS, Rogério de Souza (org.). **A palavra dos chanceleres na Escola Superior de Guerra (1952-2012)**. Brasília: FUNAG, 2018. p. 725. ISBN 978-85-7631-780-7. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca/download/1255-a-palavra-dos-chanceleres-na-escola-superior-de-guerra-funag.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2024.

BAHIA, Leandro Oliveira. **Guia referencial para construção e análise de indicadores**. Brasília: Enap, 2021. p. 43. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6154/1/GR%20Construindo%20e%20Analisando%20Indicadores%20-%20Final.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.592, de 2 de outubro de 2008**. Regulamenta o disposto na Lei no 11.631, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6592.htm. Acesso em: 8 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 7.294, de 6 de setembro de 2010**. Dispõe sobre a Política de Mobilização Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7294.htm. Acesso em: 8 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.183, de 24 de agosto de 2022**. Altera o Decreto nº 6.592, de 2 de outubro 2008, que regulamenta o disposto na Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11183.htm#art1. Acesso em: 8 ago. 2024.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. **Fundamentos do Poder Nacional**. Rio de Janeiro, RJ: ESG, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/esg/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/fundamentos-do-poder-nacional/fundamentos-do-poder-nacional-rev-2024-mac2-1.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2024.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Atualizada pelo Decreto Legislativo nº 61, de 2024. Brasília: Senado Federal, 2024. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8865685&ts=1641870510598&disposition=inline>. Acesso em: 8 ago. 2024.

BRASIL. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp97.htm. Acesso em: 8 ago. 2024.

BRASIL. **Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004**. Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp117.htm#art1. Acesso em: 8 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11631.htm. Acesso em: 8 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012**. Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12598.htm. Acesso em: 8 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024**. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14802.htm. Acesso em: 8 ago. 2024.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Atualizada pelo Decreto Legislativo nº 61, de 2024. Brasília: Senado Federal, 2024. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8865685&ts=1641870510598&disposition=inline>. Acesso em: 8 ago. 2024.

BRASIL. Marinha do Brasil. **PROSUB**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/programas-estrategicos/prosub>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD42-M-02**: Doutrina de Logística Militar. 3. ed. Brasília, DF: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md42-m-02-dout-log-mil-3a-ed-2016-1.pdf/view>. Acesso em: 8 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **MD41-M-01**: Doutrina de Mobilização Militar. 2. ed. Brasília, DF: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, 2015. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/logistica_mobilizacao/md41a_ma_01a_douta_moba_mila_2eda_2015.pdf. Acesso em: 8 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política de Mobilização Nacional**. Brasília: Ministério da Defesa, 2010. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/pmna_politicaa_dea_mobilizacao_nacional.pdf. Acesso em: 8 ago. 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. **Manual Técnico do Plano Plurianual 2024-2027**. Abril 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/plano-plurianual/arquivos/manual-tecnico-do-plano-plurianual-2024-2027/manual-do-ppa-2024-2027-1.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa**. Atualizada pelo Decreto Legislativo nº 61, de 2024. Brasília: Senado Federal, 2024. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8865685&ts=1641870510598&disposition=inline>. Acesso em: 26 maio 2024.

BRASIL. Presidência da República. **ProSub: conheça os detalhes do Programa de Desenvolvimento de Submarinos da Marinha do Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/03/prosub-conheca-os-detalhes-do-programa-de-desenvolvimento-de-submarinos-da-marinha-do-brasil>. Publicado em: 27 mar. 2024. Atualizado em: 02 abr. 2024. Acesso em: 30 jun. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **“ProSub é o mais importante projeto de cooperação em defesa”**, diz Lula ao lançar submarino em parceria com Macron. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/03/201cprosub-e-o-mais-importante-projeto-de-cooperacao-em-defesa201d-diz-lula-ao-lancar-submarino-em-parceria-com-macron>. Publicado em: 27 mar. 2024. Atualizado em: 02 abr. 2024. Acesso em: 30 jun. 2024.

CAPRA, Fritjof. **The web of life: a new scientific understanding of living systems**. 1st Anchor Books ed. New York: Anchor Books, 1997. ISBN 0-385-47676-0. Disponível em: <https://ia801806.us.archive.org/17/items/fritjof-capra-web-of-life-new-scientific-understanding-of-living-systems-ocr/Fritjof%20Capra%20-%20Web%20of%20Life%20-%20New%20Scientific%20Understanding%20of%20Living%20Systems%20%5BOCR%5D.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2024.

CARVALHO, Roberto de Guimarães. **A "Amazônia Azul"**. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 maio 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1105200509.htm>. Acesso em: 8 jul. 2024.

COUNCIL on Foreign Relations. **What Does the G7 Do?** The Group of Seven (G7) has been a forum to coordinate global policy for fifty years, but experts are increasingly questioning the group's relevance. Atualizado em: 24 jun. 2024. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/what-does-g7-do>. Acesso em: 8 jul. 2024.

ETZKOWITZ, Henry; LEYDESDORFF, Loet. **The Triple Helix-University-Industry-Government Relations: A Laboratory for Knowledge Based Economic Development.** EASST Review, v. 14, n. 1, p. 14-19, 1995. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2480085. Acesso em: 31 maio 2024.

FREEMAN, Chris; SOETE, Luc. **A economia da inovação industrial.** Tradução de André Luiz Sica de Campos e Janaina Oliveira Pamplona da Costa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008. Disponível em: <https://www.ige.unicamp.br/geoideias/wp-content/uploads/sites/2/2018/08/FREEMAN-2008-A-Economia-da-Inova%C3%A7%C3%A3o-Industrial-Cap-8.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2024.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea.** 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017. 768 p.; 24 cm x 17 cm.

HONE, Thomas. **Naval Reconstitution, Surge, and Mobilization: Once and Future.** Naval War College Review, v. 47, n. 3, art. 5, p. 26-85, 1994. Disponível em: <https://digital-commons.usnwc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3386&context=nwc-review>. Acesso em: 1 jun. 2024.

JOMINI, Antoine-Henri. **The Art of War.** Translated from the French by Captain George Henry Mendell, Corps of Topographical Engineers, U.S. Army, and Lieutenant William Price Craighill, Corps of Engineers, U.S. Army. A new edition, with appendices and maps. Philadelphia: J. B. Lippincott & Co., 1862. Disponível em: <https://archive.org/details/artwar00mendgoog/page/n10/mode/2up?view=theater>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MCBRIDE, James; SIRIPURAPU, Anshu; BERMAN, Noah. **What Does the G20 Do?** Council on Foreign Relations, 11 out. 2023. Disponível em: <https://www.cfr.org/background/what-does-g20-do>. Acesso em: 3 jun. 2024.

MINGST, Karen A.; ARREGUÍN-TOFT, Ivan. **Princípios de Relações Internacionais.** 6ª ed. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2014. 448 p. ISBN 978-8535276428.

MILL, John Stuart. **Principles of Political Economy.** New York: D. Appleton and Company, 1, 3, and 5 Bond Street, 1885. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/30107/30107-pdf.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2024.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION. **Wales Summit Declaration:** Issued by the Heads of State and Government participating in the meeting of the North Atlantic Council in Wales. 05 set. 2014. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_112964.htm. Acesso em: 09 jun. 2024.

NYE, Joseph S. Jr. **Soft Power: The Means to Success in World Politics.** 1. ed. New York: PublicAffairs, 2004. Disponível em:

https://www.academia.edu/28699788/Soft_Power_the_Means_to_Success_in_World_Politics_Joseph_S_Nye_Jr. Acesso em: 8 ago. 2024.

O'NEILL, Jim. Building Better Global Economic BRICs. Goldman Sachs, Global Economics Paper, n. 66, 30 nov. 2001. Disponível em: <https://www.almendron.com/tribuna/wp-content/uploads/2013/04/build-better-brics.pdf>. Acesso em: 8 ago 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. San Francisco, 1945. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1945%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.pdf>. Acesso em: 26 maio 2024.

RAND Europe. **Understanding the Value of Defence: Towards a Defence Value Proposition for the UK**. Cambridge: RAND Europe, 2021. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/understanding-the-value-of-defence-towards-a-defence-value-proposition-for-the-uk>. Acesso em: 30 maio 2024.

RUDZIT, Gunther; NOGAMI, Otto. **Segurança e Defesa Nacionais**: conceitos básicos para uma análise. Revista Brasileira de Política Internacional, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/VxLnyTqsYNHYnrZ3fxTjwRg/>. Acesso em: 26 maio 2024.

THORPE, George C. **Pure Logistics: The Science of War Preparation**. An NDU Press Edition with an introduction by Stanley L. Falk. Washington, DC: National Defense University Press, 1986. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/139660/1986-04_Pure_Logistics.pdf. Acesso em: 31 maio 2024.

TIAN, Nan; LOPES DA SILVA, Diego; LIANG, Xiao; SCARAZZATO, Lorenzo. **Trends in World Military Expenditure, 2023**. Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), SIPRI Fact Sheet, April 2024. Disponível em: www.sipri.org/sites/default/files/2024-04/2404_fs_milex_2023.pdf. Acesso em: 8 jun. 2024.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Prefácio de Helio Jaguaribe; tradução do grego de Mário da Gama Kury. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001. XLVII, 584 p. (Clássicos IPRI, 2). ISBN 85-230-0204-9. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-827-historia_da_guerra_do_peloponeso. Acesso em: 26 maio 2024.

UNITED KINGDOM. **Growing the Contribution of Defence to UK Prosperity: A report for the Secretary of State for Defence**. London: Ministry of Defence, 2018. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5b436c31e5274a3779f80a33/20180709_MOD_Philip_Dunne_Review_FOR_WEB_PUB.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

UNITED KINGDOM. **Joint Doctrine Publication 0-01**: UK Defence Doctrine. Londres: Ministry of Defence, 2022. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/uk-defence-doctrine-jdp-0-01>. Acesso em: 14 jul. 2024.

UNITED KINGDOM. **MoD Equipment Plan 2023–2033**: Nineteenth Report of Session 2023–24. London: House of Commons, 2024. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://committees.parliament.uk/publications/43732/documents/216970/default/>. Acesso em: 2 jun. 2024.

UNITED KINGDOM. **National Security Capability Review**. London: Her Majesty's Stationery Office, 2018. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/national-security-capability-review-nscr>. Acesso em: 14 jul. 2024.

UNITED KINGDOM. **National Security Strategy and Strategic Defence and Security Review 2015**: A Secure and Prosperous United Kingdom. London: Her Majesty's Stationery Office, 2015. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/national-security-strategy-and-strategic-defence-and-security-review-2015>. Acesso em: 06 ago. 2024.

UNITED KINGDOM. **Strategic Communication**: MCOM function guide. London: Government Communication Service, 2021. Disponível em: <https://gcs.civilservice.gov.uk/publications/strategic-communication-mcom-function-guide/>. Acesso em: 21 jun. 2024.

UNITED KINGDOM. **The Green Book**: appraisal and evaluation in central government. London: His Majesty's Treasury, 2022. Atualizado em: 16 maio 2024. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/the-green-book-appraisal-and-evaluation-in-central-government/the-green-book-2020>. Acesso em: 15 jun. 2024.

UNITED KINGDOM. **The Public Value Framework**: with supplementary guidance. London: His Majesty's Treasury, 2019. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5c883c32ed915d50b3195be3/public_value_framework_and_supplementary_guidance_web.pdf. Acesso em: 06 abr. 2024.

VAN AGTMAEL, Antoine. **The Emerging Markets Century**: How a New Breed of World-Class Companies is Overtaking the World. Nova Iorque: Free Press, 2007. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=GLj5hj7xN54C&oi=fnd&pg=PA1&dq=emerging+market+van+agtmael&ots=db8Xd6a-gy&sig=gkmF071iLQRVCzOdVqsWSa1YjGs#v=onepage&q=emerging%20market%20van%20agtmael&f=false>. Acesso em: 26 maio 2024.

ANEXO A- Extrato da PND

Quadro A.1 – Objetivos Nacionais de Defesa

I	Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial
II	Assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas
III	Promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa
IV	Preservar a coesão e a unidade nacionais
V	Salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior
VI	Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional
VII	Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais
VIII	Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais

Fonte: PND (2024)

Quadro A.2 - Pressupostos de Defesa

I	Manter as Forças Armadas adequadamente motivadas, preparadas e equipadas, a fim de serem capazes de cumprir suas missões constitucionais, e de prover a adequada capacidade de dissuasão
II	Buscar a regularidade orçamentária-financeira para o Setor de Defesa, adequada ao pleno cumprimento de suas missões constitucionais e à continuidade dos projetos de Defesa
III	Promover a participação da mobilização nacional em prol da Defesa Nacional
IV	Buscar a manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação
V	Priorizar os investimentos em Saúde, Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação aplicados a produtos de defesa de uso militar e/ou dual, visando ao fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) e a autonomia tecnológica do País
VI	Promover a proteção da Amazônia brasileira e sua maior integração com as demais regiões do País
VII	Defender o uso sustentável dos recursos ambientais, respeitando a soberania dos Estados
VIII	Sem prejuízo da dissuasão, privilegiar a cooperação no âmbito internacional e a integração com os países sul-americanos, visando a encontrar soluções integradas para questões de interesses comuns ou afins
IX	Atuar sob a égide de organismos internacionais, visando à legitimidade e ao respaldo jurídico internacional, conforme os compromissos assumidos em convenções, tratados e acordos internacionais e sempre respeitando os princípios constitucionais
X	Participar de organismos internacionais, projetando cada vez mais o País no concerto das Nações
XI	Participar de operações internacionais, visando a contribuir para a estabilidade mundial e o bem-estar dos povos

XII	Defender a exploração da Antártica somente para fins de pesquisa científica, com a preservação do meio ambiente e sua manutenção como patrimônio da humanidade
XIII	Apoiar as iniciativas para a eliminação total de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares, nos termos do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares, ressaltando o direito ao desenvolvimento e ao uso dessas tecnologias para fins pacíficos
XIV	Repudiar qualquer intervenção na soberania dos Estados e defender que qualquer ação nesse sentido seja realizada de acordo com os ditames do ordenamento jurídico internacional
XV	Estimular o fundamental envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, para o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos

Fonte: PDN, 2024

ANEXO B – Extrato da PMN

Quadro B.1 – Objetivos específicos da Mobilização Nacional

I	capacitação do País para realizar as atividades de mobilização nacional
II	promoção da pesquisa e do desenvolvimento das tecnologias relevantes para a mobilização nacional
III	incorporação da dimensão defesa nacional nos planos de desenvolvimento da infraestrutura do País, em especial nos setores de transporte, telecomunicações, saúde e energia
IV	adoção de medidas econômico-financeiras em proveito das necessidades da mobilização nacional
V	implementação de ações que visem dotar a mobilização nacional de um arcabouço jurídico-institucional adequado às suas necessidades
VI	desenvolvimento da cooperação internacional em proveito da mobilização nacional
VII	promoção de ações de segurança pública voltadas para a execução da mobilização nacional
VIII	intensificação das atividades de inteligência em proveito da mobilização nacional
IX	envolvimento da sociedade brasileira com a mobilização nacional
X	minimização dos efeitos negativos decorrentes da mobilização nacional na sociedade
XI	integração das atividades de defesa civil à mobilização nacional
XII	sustentação da capacidade das Forças Armadas para o enfrentamento de agressão estrangeira
XIII	intensificação das atividades de segurança da informação em proveito da mobilização nacional

Fonte: Decreto nº 7.294/2010

Quadro B.2 – Diretrizes Governamentais de Mobilização Nacional

I	implementar cursos, estágios e outros eventos voltados para a capacitação de recursos humanos e de organizações, visando à mobilização nacional
II	incentivar pessoas dos setores público e privado a participar de cursos, estágios e outros eventos de qualificação para atividades de mobilização nacional
III	promover a formação e o aperfeiçoamento de quadros capazes de conduzir o preparo e a execução da mobilização nacional
IV	incentivar a adequação de organizações públicas e privadas para a atividade de mobilização nacional
V	promover o desenvolvimento da doutrina de mobilização nacional
VI	intensificar a cooperação entre as instituições científicas e tecnológicas, militares e civis, as universidades e a indústria em atividades de pesquisa e de desenvolvimento de produtos de interesse da mobilização nacional
VII	estimular estudos e pesquisas na área de ciência, tecnologia e inovação de interesse da mobilização nacional
VIII	buscar o desenvolvimento da infraestrutura de ciência, tecnologia e inovação para atender às necessidades da mobilização nacional

IX	implementar projetos de desenvolvimento científico e tecnológico de interesse da mobilização nacional
X	planejar o fluxo de transporte terrestre, aéreo, aquaviário e dutoviário que garanta a manutenção do abastecimento logístico no contexto da mobilização nacional
XI	implementar ações, quando do planejamento da construção e da adequação de rodovias, ferrovias, hidrovias, dutos, instalações portuárias e aeroportuárias, que permitam sugerir, caso necessário, sua compatibilização com as necessidades da defesa nacional
XII	promover ações para a integração dos sistemas de telecomunicações entre regiões de interesse estratégico e centros de decisão governamentais
XIII	buscar a obtenção dos meios e recursos internos e externos essenciais para as fases de preparo e execução da mobilização nacional
XIV	ampliar a capacidade de desenvolver e produzir bens e serviços de interesse da mobilização nacional
XV	levantar fontes alternativas para continuidade do fornecimento de produtos estratégicos não produzidos no Brasil
XVI	aprimorar a gestão dos recursos destinados à mobilização nacional
XVII	aprimorar o ordenamento jurídico e os instrumentos legais relativos à mobilização nacional
XVIII	intensificar a coordenação entre organizações governamentais na elaboração de instrumentos legais relativos à mobilização nacional
XIX	planejar e monitorar ações complementares para a assistência e a evacuação de brasileiros e do pessoal das missões diplomáticas e repartições consulares do Brasil no exterior, com a aquiescência do Estado acreditado e do Estado acreditante
XX	promover a cooperação internacional com vistas a assegurar a transferência de tecnologias e o fornecimento de produtos estratégicos de interesse da mobilização nacional
XXI	planejar e coordenar as atividades de segurança pública voltadas para a execução da mobilização nacional
XXII	planejar e coordenar as atividades de inteligência voltadas para a mobilização nacional
XXIII	planejar e executar ações visando o comprometimento da sociedade com a atividade de mobilização nacional
XXIV	assegurar a continuidade do funcionamento dos serviços ou atividades essenciais à população
XXV	planejar a reorientação da produção, da comercialização, da distribuição e do consumo de bens e a utilização de serviços, de modo a suportar os efeitos decorrentes da decretação da mobilização nacional
XXVI	identificar e dimensionar os estoques estratégicos de modo a suportar o consumo decorrente da decretação da mobilização nacional
XXVII	planejar e coordenar as ações de defesa civil para o enfrentamento de situações emergenciais decorrentes de agressão estrangeira
XXVIII	proporcionar a complementação, de modo contínuo, adequado e oportuno, dos meios necessários ao enfrentamento militar da agressão estrangeira
XXIX	planejar e coordenar as atividades de segurança da informação voltadas para a mobilização nacional

ANEXO C - Proposta de Valor da Defesa do Reino Unido

1º Componente de Valor: Proteção do nosso povo	2º Componente de Valor: Garantia contra um futuro incerto	3º Componente de Valor: Projeção da nossa influência global
<p>Proteger nossas pessoas no exterior Proteger nossas pessoas em casa Proteger nossa soberania nacional, incluindo administrações descentralizadas Assegurar o território nacional e territórios ultramarinos do Reino Unido Combater uma ampla gama de ameaças à segurança ao longo do espectro de conflito Apoiar autoridades civis, inclusive durante emergências locais e nacionais Contribuir para a proteção da infraestrutura crítica nacional</p>	<p>Antecipar tendências futuras- tanto ameaças quanto oportunidades Mitigar riscos de segurança de novas tecnologias Fornecer escolha política em tempos de crise Responder a perigos ambientais e mudanças climáticas Apoiar o bem-estar psicológico e a liberdade do medo e da ansiedade Aumentar a coesão social</p>	<p>Promover e defender nossos valores Construir parcerias-chave e moldando normas Reforçar o poder suave com instrumentos de poder duro Projetar nossa influência Construir nossa credibilidade para moldar comportamentos tanto de aliados quanto de adversários Garantir uma voz na tomada de decisões globais</p>

4º Componente de Valor: Contribuição para a segurança internacional	5º Componente de Valor: Apoio à economia nacional	6º Componente de Valor: Contribuição para a identidade nacional e bem-estar social
<p>Cumprir nossas obrigações morais e legais Fornecer capacitação para lidar com insegurança Apoiar uma ordem internacional baseada em regras Contribuir para a defesa coletiva Dissuadir e prevenindo conflitos</p>	<p>Garantir as condições para todo o comércio e indústria Fornecer oportunidades em áreas economicamente desfavorecidas Promover exportações e investimento estrangeiro direto Impulsionar a competitividade industrial Investir em nossas pessoas e habilidades Impulsionar P&D e criar propriedade intelectual no Reino Unido Proporcionar benefícios econômicos para regiões em todo o Reino Unido</p>	<p>Contribuir para a identidade compartilhada do Reino Unido Cumprir papéis cerimoniais na vida pública do Reino Unido Sustentar comunidades locais Apoiar nossos veteranos e famílias militares Salvaguardar nosso patrimônio militar Promover a integração cívica/social</p>

Fonte: Tradução nossa do Understanding the Value of Defence (2021)

APÊNDICE I - Proposta de Valor da Defesa do Brasil

PVD do RU	PVD do Brasil	
	Pressupostos de Defesa	OND
1º Componente de Valor: Proteção do nosso povo		
<p>Proteger nossas pessoas no exterior Proteger nossas pessoas em casa Proteger nossa soberania nacional, incluindo administrações descentralizadas Assegurar o território nacional e territórios ultramarinos do Reino Unido Combater uma ampla gama de ameaças à segurança ao longo do espectro de conflito Apoiar autoridades civis, inclusive durante emergências locais e nacionais Contribuir para a proteção da infraestrutura crítica nacional</p>	<p>I. Manter as Forças Armadas adequadamente motivadas, preparadas e equipadas, a fim de serem capazes de cumprir suas missões constitucionais, e de prover a adequada capacidade de dissuasão. V. Priorizar os investimentos em Saúde, Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação aplicados a produtos de defesa de uso militar e/ou dual, visando ao fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) e a autonomia tecnológica do País. VI. Promover a proteção da Amazônia brasileira e sua maior integração com as demais regiões do País. VIII. Sem prejuízo da dissuasão, privilegiar a cooperação no âmbito internacional e a integração com os países sul-americanos, visando a encontrar soluções integradas para questões de interesses comuns ou afins.</p>	<p>I. Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial. II. Assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas. V. Salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior. VII. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais.</p>

PVD do RU	PVD do Brasil	
	Pressupostos de Defesa	OND
2º Componente de Valor: Garantia contra um futuro incerto		
<p>Antecipar tendências futuras – tanto ameaças quanto oportunidades</p> <p>Mitigar riscos de segurança de novas tecnologias</p> <p>Fornecer escolha política em tempos de crise</p> <p>Responder a perigos ambientais e mudanças climáticas</p> <p>Apoiar o bem-estar psicológico e a liberdade do medo e da ansiedade</p> <p>Aumentar a coesão social</p>	<p>I. Manter as Forças Armadas adequadamente motivadas, preparadas e equipadas, a fim de serem capazes de cumprir suas missões constitucionais, e de prover a adequada capacidade de dissuasão.</p> <p>II. Buscar a regularidade orçamentária-financeira para o Setor de Defesa, adequada ao pleno cumprimento de suas missões constitucionais e à continuidade dos projetos de Defesa.</p> <p>III. Promover a participação da mobilização nacional em prol da Defesa Nacional.</p> <p>V. Priorizar os investimentos em Saúde, Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação aplicados a produtos de defesa de uso militar e/ou dual, visando ao fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) e a autonomia tecnológica do País.</p> <p>VII. Defender o uso sustentável dos recursos ambientais, respeitando a soberania dos Estados.</p> <p>XII. Defender a exploração da Antártica somente para fins de pesquisa científica, com a preservação do meio ambiente e sua manutenção como patrimônio da humanidade.</p> <p>XV. Estimular o fundamental envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, para o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos.</p>	<p>II. Assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas.</p> <p>III. Promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa.</p> <p>IV. Preservar a coesão e a unidade nacionais.</p> <p>VI. Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional.</p> <p>VII. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais.</p>

PVD do RU	PVD do Brasil	
	Pressupostos de Defesa	OND
3° Componente de Valor: Projeção da nossa influência global		
<p>Promover e defender nossos valores Construir parcerias-chave e moldando normas Reforçar o poder brando com instrumentos de poder duro Projetar nossa influência Construir nossa credibilidade para moldar comportamentos tanto de aliados quanto de adversários Garantir uma voz na tomada de decisões globais</p>	<p>VIII. Sem prejuízo da dissuasão, privilegiar a cooperação no âmbito internacional e a integração com os países sul-americanos, visando a encontrar soluções integradas para questões de interesses comuns ou afins. IX. Atuar sob a égide de organismos internacionais, visando à legitimidade e ao respaldo jurídico internacional, conforme os compromissos assumidos em convenções, tratados e acordos internacionais e sempre respeitando os princípios constitucionais. X. Participar de organismos internacionais, projetando cada vez mais o País no concerto das Nações. XI. Participar de operações internacionais, visando a contribuir para a estabilidade mundial e o bem-estar dos povos. XIII. Apoiar as iniciativas para a eliminação total de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares, nos termos do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares, ressaltando o direito ao desenvolvimento e ao uso dessas tecnologias para fins pacíficos.</p>	<p>II. Assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas. VII. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais. VIII. Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais.</p>

PVD do RU	PVD do Brasil	
	Pressupostos de Defesa	OND
4º Componente de Valor: Contribuição para a segurança internacional		
<p>Cumprir nossas obrigações morais e legais</p> <p>Fornecer capacitação para lidar com insegurança</p> <p>Apoiar uma ordem internacional baseada em regras</p> <p>Contribuir para a defesa coletiva</p> <p>Dissuadir e prevenir conflitos</p>	<p>I. Manter as Forças Armadas adequadamente motivadas, preparadas e equipadas, a fim de serem capazes de cumprir suas missões constitucionais, e de prover a adequada capacidade de dissuasão.</p> <p>III. Promover a participação da mobilização nacional em prol da Defesa Nacional.</p> <p>VIII. Sem prejuízo da dissuasão, privilegiar a cooperação no âmbito internacional e a integração com os países sul-americanos, visando a encontrar soluções integradas para questões de interesses comuns ou afins.</p> <p>IX. Atuar sob a égide de organismos internacionais, visando à legitimidade e ao respaldo jurídico internacional, conforme os compromissos assumidos em convenções, tratados e acordos internacionais e sempre respeitando os princípios constitucionais.</p> <p>XI. Participar de operações internacionais, visando a contribuir para a estabilidade mundial e o bem-estar dos povos.</p> <p>XIV. Repudiar qualquer intervenção na soberania dos Estados e defender que qualquer ação nesse sentido seja realizada de acordo com os ditames do ordenamento jurídico internacional.</p>	<p>II. Assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas.</p> <p>VI. Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional.</p> <p>VII. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais.</p>

PVD do RU	PVD do Brasil	
	Pressupostos de Defesa	OND
5° Componente de Valor: Apoio à economia nacional		
<p>Garantindo as condições para todo o comércio e indústria</p> <p>Fornecendo oportunidades em áreas economicamente desfavorecidas</p> <p>Promovendo exportações e investimento estrangeiro direto</p> <p>Impulsionando a competitividade industrial</p> <p>Investindo em nossas pessoas e habilidades</p> <p>Impulsionando P&D e criando propriedade intelectual no Reino Unido</p> <p>Proporcionando benefícios econômicos para regiões em todo o Reino Unido</p>	<p>I. Manter as Forças Armadas adequadamente motivadas, preparadas e equipadas, a fim de serem capazes de cumprir suas missões constitucionais, e de prover a adequada capacidade de dissuasão.</p> <p>II. Buscar a regularidade orçamentária-financeira para o Setor de Defesa, adequada ao pleno cumprimento de suas missões constitucionais e à continuidade dos projetos de Defesa.</p> <p>V. Priorizar os investimentos em Saúde, Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação aplicados a produtos de defesa de uso militar e/ou dual, visando ao fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) e a autonomia tecnológica do País.</p>	<p>II. Assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas.</p> <p>III. Promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa.</p>

PVD do RU	PVD do Brasil	
	Pressupostos de Defesa	OND
6° Componente de Valor: Contribuição para a identidade nacional e bem-estar social		
<p>Contribuir para a identidade compartilhada do Reino Unido</p> <p>Cumprir papéis cerimoniais na vida pública do Reino Unido</p> <p>Sustentar comunidades locais</p> <p>Apoiar nossos veteranos e famílias militares</p> <p>Salvaguardar nosso patrimônio militar</p> <p>Promover a integração cívica/social</p>	<p>I. Manter as Forças Armadas adequadamente motivadas, preparadas e equipadas, a fim de serem capazes de cumprir suas missões constitucionais, e de prover a adequada capacidade de dissuasão.</p> <p>V. Priorizar os investimentos em Saúde, Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação aplicados a produtos de defesa de uso militar e/ou dual, visando ao fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) e a autonomia tecnológica do País.</p> <p>XV. Estimular o fundamental envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, para o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos.</p>	<p>II. Assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas.</p> <p>III. Promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa.</p> <p>IV. Preservar a coesão e a unidade nacionais.</p>

Fonte: O Autor